



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LAYANE DE OLIVEIRA SILVA CASTELO BRANCO

PROVOCAÇÕES INTERSECCIONAIS À ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA

FORTALEZA

2025

LAYANE DE OLIVEIRA SILVA CASTELO BRANCO

PROVOCАӮES INTERSECCIONAIS À ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia
Linha de Pesquisa: Subjetividade e Crítica do Contemporâneo
Orientador: Prof. Dr. Emanuel Meireles Vieira

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C345p Castelo Branco, Layane de Oliveira Silva.
Provocações interseccionais à Abordagem Centrada na Pessoa / Layane de Oliveira Silva Castelo Branco. –
2025.
71 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-
Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Emanuel Meireles Vieira.

1. abordagem centrada na pessoa. 2. interseccionalidade. 3. pessoa. I. Título.

CDD 150

LAYANE DE OLIVEIRA SILVA CASTELO BRANCO

PROVOCΑÇÕES INTERSECCIONAIS À ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia
Linha de Pesquisa: Subjetividade e Crítica do Contemporâneo

Aprovada em: 30/05/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Emanuel Meireles Vieira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Isadora Dias Gomes

A quem compôs comigo cada pedaço desses escritos. Aqui, tem um pouco de cada um e de cada uma de vocês.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço às forças que movem o mundo, que permitiram que isso aqui se realizasse. Sem fé no presente e no futuro este trabalho seria impossível. Dessa fé eu me desencontrei e reencontrei diversas vezes ao longo dos 27 meses de mestrado. Agradeço pela capacidade de esperançar e de vislumbrar alguma brecha de vida.

À minha família materna, especialmente à minha avó, Maria Alice, e ao meu avô, Geraldo (*in memoriam*), que tanto fizeram – ainda que sem condições – para que eu pudesse existir. Eles me deram a vida que pude viver e me ensinaram que a única herança possível seria a educação. Vocês também me ensinaram o que é o amor. Isso aqui é para vocês. Vó, a senhora achava que não ia conseguir me ver no primeiro dia de aula na escola, mas, olha só, está me vendo mestra em psicologia.

À minha mãe, Dona Rosa, que sem condições de dar o amparo necessário para que a vida me acontecesse, esteve presente como suas condições emocionais lhe permitiram. Às minhas tias Suely, Marlúcia, Socorrinha, Marlene e Márcia, muito obrigada por fazerem de mim a filha de vocês, dando todo o apoio possível na minha criação.

Ao meu orientador, Dr. Emanuel Meireles, que com sua paciência e afeto indiscutíveis, esteve comigo a todo instante, sendo firme e acolhedor, generoso e incentivador do meu caminhar acadêmico. Obrigada por acreditar que este trabalho seria possível. A você, toda a minha admiração e desejo de que a vida lhe seja sempre muito gentil. Obrigada, também, por confiar em mim para ficar junto ao (Sobre)viver. Sem dúvidas, essa experiência é um divisor de águas para a minha jornada profissional.

A quem compõe a banca de avaliação, que aceitou, gentilmente, o convite para colaborar com este trabalho. Isadora, você é inspiração para mim e em muito contribui com o que aprendo além da abordagem. Seus movimentos revolucionam. João Paulo, você que esteve presente desde sempre na construção deste trabalho, da ida ao CDVHS numa tarde ensolarada, a fim de fazer pontes para a realização da minha pesquisa à participação generosa na banca de avaliação. Você me ajuda a vislumbrar bons caminhos na psicologia. Obrigada por tudo!

Ao Vieses, que acompanhei à distância ainda durante a graduação e que tive a honra de fazer parte durante o mestrado. Entre gargalhadas, textos compartilhados e pesquisas extremamente relevantes me ensinou a beleza de pesquisar COM as pessoas do território. Esse espaço fez a minha trajetória no mestrado mais bonita e significativa.

À Lana e Lany, psicóloga e educadora social do Projeto Vivo Cidadania, que me receberam tão bem durante todo o semestre em que estive junto ao Vivo. À Lúcia, que também me recebeu generosamente no CDVHS. As portas que vocês abriram foram essenciais para mim.

A todos os adolescentes com quem eu tive o prazer de estar nas tardes de terça-feira daquele 2023. Nossa contato avivou em mim a lembrança do quanto é bom estar em campo. Apesar de cansativo, como era bom atravessar a cidade para poder estar com todos vocês naquela bagunça boa e construtiva. Isso aqui é, também, construção de vocês.

Aos meus colegas de pós-graduação, Mariana, Iago e Marina, agradeço por me ensinarem muito sobre a vida acadêmica e sobre parceria com uma dose generosa de bom humor. Vocês são inspiração para mim.

A toda a equipe do (Sobre)viver, que abriu as portas para a minha chegada e me relembrou como é ter fé em uma psicologia mais comprometida com as pessoas e com a diversidade. Com vocês eu fui feliz demais vendo todo o empenho e dedicação da equipe a esse projeto tão bonito. Vida longa ao (Sobre)viver e à competência da equipe.

À Fernanda, que tenho a honra de tê-la como psicoterapeuta desde pouco antes do início do mestrado. Você me ajuda a esperançar sempre que eu duvido da vida. Sem seu apoio e generosidade, isso aqui não se concretizaria, assim como outros processos difíceis vividos ao longo dos últimos anos.

Ao meu companheiro Bruno, que chegou já na reta final dessa jornada, mas soube me incentivar e acreditar em mim quando eu tinha pouca fé que ser mestra poderia ser uma realidade. Obrigada pelo cuidado e amparo nesses últimos meses. Agradeço também à sua família, que me recebe tão bem desde que os conheci.

À Thiciana, que foi colo, que deu puxões de orelha e que acreditou no meu potencial como profissional e como pessoa digna mesmo em tempos sombrios. Obrigada pela parceria e paciência com os meus necessários sumiços, amiga.

Àqueles e àquelas que eu não mencionei aqui, mas que fizeram parte dessa trajetória, seja compreendendo as minhas negativas para convites, seja torcendo e acreditando que ser mestra seria possível.

À Universidade Federal do Ceará (UFC) e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) pela existência desse espaço de tamanha diversidade e possibilidades de pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Pois sou uma pessoa

Esta é minha canoa, eu nela embarco.

Eu sou pessoa, palavra pessoa hoje não soa bem.

Belchior (1979). Conheço o meu lugar. Em *Era uma vez um homem e o seu tempo*.
Warner Music.

Resumo

Esta pesquisa propõe um diálogo interseccional com a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), cujo principal expoente é Carl Rogers (1902-1987). A pesquisa sustenta-se na ideia de confluência, proposta por Bispo dos Santos (2023), na perspectiva de gerar algo a partir do diálogo proposto. A autora parte da compreensão de que a noção de “pessoa” construída por Rogers, embora revolucionária em seu contexto histórico, carrega limitações ao ser transposta de forma acrítica para outras realidades socioculturais. O trabalho se constitui como um estudo teórico com inspiração no campo de pesquisa, a Comunidade do Marrocos, em Fortaleza-CE. O objetivo geral é compreender de que modo a interseccionalidade interroga a noção de pessoa na ACP. Os objetivos específicos são: 1. Localizar o contexto de desenvolvimento da noção de pessoa dentro da ACP; 2. Caracterizar a noção de pessoa na abordagem centrada na pessoa; 3. Elucidar as contribuições do pensamento interseccional como sensibilidade analítica para a compreensão do que é ser pessoa numa prática de ACP brasileira. O percurso metodológico se dá a partir da imersão teórica nas obras de Carl Rogers, leitura crítica de comentadores e comentadoras da ACP, uso da Versão de Sentido como ferramenta e diálogos com os estudos interseccionais. A principal contribuição se dá na construção de quatro diálogos a partir das provocações interseccionais: 1. natureza humana e classe social, 2. tornar-se o que é gênero e sexualidade, 3. autenticidade e a discussão sobre raça e 4. liberdade e território. Os resultados apontam para a inserção da perspectiva interseccional como lente crítica à ACP no Brasil. Destaca-se, ainda, o protagonismo do Nordeste na proposição de deslocamentos críticos e disruptivos na ACP brasileira.

Palavras-chave: abordagem centrada na pessoa, interseccionalidade, pessoa.

Abstract

This research proposes an intersectional dialog with the Person-Centered Approach (PCA), whose main exponent is Carl Rogers (1902-1987). The research is based on the idea of confluence, proposed by Bispo dos Santos (2023), with a view to generating something from the proposed dialog. The author starts from the understanding that the notion of “person” constructed by Rogers, although revolutionary in its historical context, has limitations when it is uncritically transposed to other socio-cultural realities. The work is a theoretical study inspired by the field of research, the community of Marrocos, in Fortaleza-CE. The general objective is to understand how intersectionality questions the notion of the person in the ACP. The specific objectives are: 1. to locate the context of the development of the notion of person within PCA; 2. to characterize the notion of person in the person-centred approach; 3. to elucidate the contributions of intersectional thinking as an analytical sensibility for understanding what it is to be a person in a Brazilian PCA practice. The methodological path is based on theoretical immersion in the works of Carl Rogers, critical reading of commentators on the PCA, use of the Version of Meaning as a tool and dialogues with intersectional studies. The main contribution is the construction of four dialogues based on intersectional provocations: 1. human nature and social class, 2. becoming what gender and sexuality are, 3. authenticity and the discussion on race and 4. freedom and territory. The results point to the inclusion of the intersectional perspective as a critical lens for ACP in Brazil. Also noteworthy is the role of the Northeast in proposing critical and disruptive shifts in Brazilian PCA.

Keywords: person-centered approach, intersectionality, person.

Resumén

Esta investigación propone un diálogo interseccional con el Enfoque Centrado en la Persona (ACP), cuyo principal exponente es Carl Rogers (1902-1987). La investigación se basa en la idea de confluencia, propuesta por Bispo dos Santos (2023), con el objetivo de generar algo a partir del diálogo propuesto. El autor parte de la comprensión de que la noción de "persona" construida por Rogers, si bien revolucionaria en su contexto histórico, presenta limitaciones al ser transpuesta críticamente a otras realidades socioculturales. El trabajo constituye un estudio teórico inspirado en el campo de investigación de la Comunidad de Marruecos, en Fortaleza, Ceará. El objetivo general es comprender cómo la interseccionalidad cuestiona la noción de persona en el ACP. Los objetivos específicos son: 1. Ubicar el contexto en el que se desarrolló la noción de persona dentro del ACP; 2. Caracterizar la noción de persona en el ACP; 3. Dilucidar las contribuciones del pensamiento interseccional como una sensibilidad analítica para comprender lo que significa ser persona en la práctica brasileña del ACP. El enfoque metodológico se basa en la inmersión teórica en las obras de Carl Rogers, la lectura crítica de comentaristas del ACP, el uso de la Versión del Sentido como herramienta y diálogos con estudios interseccionales. La principal contribución reside en la construcción de cuatro diálogos basados en provocaciones interseccionales: 1. Naturaleza humana y clase social; 2. Devenir en lo que es género y sexualidad; 3. Autenticidad y la discusión sobre la raza; y 4. Libertad y territorio. Los resultados apuntan a la inclusión de la perspectiva interseccional como una perspectiva crítica para el ACP en Brasil. Cabe destacar también el liderazgo del Nordeste al proponer cambios críticos y disruptivos en el ACP brasileño.

Palabras clave: enfoque centrado en la persona, interseccionalidad, persona.

Lista de abreviaturas e siglas

ACP	Abordagem centrada na pessoa
CDVHS	Centro de defesa da vida Herbert de Souza
FIES	Financiamento Estudantil
GBJ	Grande Bom Jardim
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Não-binárias e mais
NAMI	Núcleo de Atenção Médica Integrada
PAVIC	Programa Aluno Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica
PET	Programa de Educação Tutorial
PPGP	Programa de Pós-graduação em Psicologia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
VIESES	Grupo de pesquisas e intervenções sobre violência, exclusão social e subjetivação

SUMÁRIO

Falando de mim, da ACP, da margem e de nós.....	14
Encruzilhadas teóricas na construção do problema de pesquisa.....	25
Entre a natureza humana e os condicionamentos sociais: o solo que funda a ACP.....	30
A face da ACP que chega ao brasil.....	32
Afinal, de quem a ACP fala: a noção de pessoa na abordagem.....	34
Tensionamentos e críticas à noção de pessoa em rogers: descentrando o sujeito universal.....	40
Propondo diálogos interseccionais sobre a noção de pessoa na ACP.....	52
Natureza humana e classe social.....	55
Tornar-se quem se é, gênero e sexualidade.....	58
Autenticidade e a discussão sobre raça.....	59
Liberdade e território.....	62
Considerações finais.....	64
Referências.....	68

Falando de mim, da ACP, da margem e de nós

Nós, eu e a intenção de estudar o que está descrito aqui. Nós, porque não há como falar do que se segue sem que eu me apresente, sem que me situe. Na verdade, tudo aqui diz de se situar. Situar quem escreve e os caminhos percorridos, situar quem produz as teorias aqui acionadas e onde elas se desenvolveram, situar, também, o tempo em que este trabalho é escrito.

Nesse sentido, expressa-se aqui a proposta de uma pesquisa nascida na periferia, ainda quando a Barra do Ceará tecia cotidianamente os modos como eu ia para o outro lado da cidade de Fortaleza, estudar em um lugar que jamais me caberia, se não fossem as políticas públicas como o Financiamento Estudantil (FIES). Esta pesquisa nasce na periferia dos modos de pesquisar na universidade, escapando dos universalismos propostos institucionalmente. Esta é, também, uma pesquisa-mulher. Com isso pretendo demarcar que esta pesquisa é enunciada por uma pesquisadora, mulher, cisgênero, branca, LGBTQIAPN+, beneficiária de políticas sociais dos governos Lula e Dilma (2003- 2016) e que, nesse sentido, questiona aqui como a ciência moderna se impõe a partir de uma universalidade que se justifica por uma suposta neutralidade do pesquisador (propositadamente escrito aqui no masculino). Compreendo que é imprescindível se implicar. É impossível a neutralidade destes escritos. É necessário pessoalizar estas palavras para que possa haver um confrontamento do porvir em termos de pesquisa e de quem contribuirá com ela. Que pessoas construirão esta pesquisa? Que experiências comporão o que será aqui trilhado?

Situar-me aqui ajuda a compreender os afetos e os atravessamentos envolvidos no interesse em pesquisar a ACP e, inspirada em Bispo dos Santos (2023), semeio o termo “pesquisa-mulher” como uma forma de contracolonizar, anunciando e denunciando aquilo que não se vê quando se adota uma perspectiva eurocentrada do conhecimento e do mundo. Situar-me aqui ajuda a conhecer a minha localização no mundo e a compreensão do porquê de me ser essencial saber de quem falamos, para quem falamos e quem enxergamos quando nos referimos a uma pessoa que está no centro da abordagem.

O meu desejo de construir academicamente uma investigação que se proponha a trazer novos caminhos para pensar uma abordagem é nutrido por constantes questionamentos sobre aquilo que me orienta enquanto profissional de psicologia em termos de referências, de olhares para o mundo e para os meus lugares nesse mundo que perpetua violências, inclusive nas relações de psicoterapia. Esta pesquisa nasce no âmbito da minha prática clínica em psicoterapia humanista apoiada nos debates supracitados, abrindo caminho para o meu

ingresso na pós-graduação, mas tem raiz em muitas experiências, especialmente nos caminhos percorridos durante a graduação em psicologia.

É importante dizer que chego ao curso de psicologia tendo iniciado outros dois cursos (não concluídos) de Filosofia e Ciências Sociais e àquela época isso pulsava muito forte em mim, já que por dois semestres eu cursei Psicologia e Ciências Sociais ao mesmo tempo. Esta última graduação era na Universidade Federal do Ceará (UFC), no período noturno. É em meados da graduação em psicologia, a qual foi concluída em 2018, que sou apresentada à ACP em uma disciplina introdutória. Ali, me vi identificada com um modo de pensar em uma abordagem que mais se aproximava com o meu desejo de atuação na psicologia social e comunitária, área que já atuava nas extensões universitárias.

A perspectiva sociológica era o que mais me fazia brilhar os olhos, visto que esta graduação já estava em andamento há mais tempo. Assim, início a graduação em psicologia com a marca forte das ciências sociais em meu olhar e com uma certa bagagem que me levava a querer trabalhar com os espaços comunitários e com os grupos. De fato, pude atuar durante a minha graduação como bolsista de pesquisa PAVIC (Programa Aluno Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica) na área das pesquisas sobre gênero e sexualidade, atuando no NAMI (Núcleo de atendimento médico integrado), vinculado à UNIFOR (Universidade de Fortaleza). A minha atuação era recebendo a população transexual e travesti que buscava apoio psicológico naquela instituição. Além disso, fui monitora da disciplina de psicologia comunitária durante um ano. Essa trajetória me ajudou a construir e consolidar meus interesses ao longo da minha graduação.

De algum modo, conhecer a ACP no início da graduação pavimentou uma estrada que me ajudou a encontrar um caminho possível de atuação que contemplasse uma perspectiva mais coletiva de ser humano dentro da psicologia. Isso fazia muito sentido à época. Ainda no início do curso de Psicologia, abandonei o curso na UFC, tendo em vista o desgaste que vinha sendo conciliar as duas graduações. Logo depois, totalmente imersa na psicologia, conheci uma formação na abordagem que me possibilitou chegar mais perto da atuação como psicoterapeuta e outro campo se abriu, despertando o interesse em me aprofundar na ACP e na atuação enquanto psicoterapeuta. De pronto, não foi possível participar, já que era um custo alto e impossível de manter. No último semestre do curso de psicologia, pedi ajuda a familiares e pude então participar da segunda turma da formação de psicoterapeutas em ACP. Depois de graduada e com a formação em curso, ainda em 2018, passei a atuar como psicoterapeuta de adolescentes e adultos, trabalho clínico que exerce até hoje.

A formação, os grupos de encontro, os incômodos advindos dessas experiências e uma leitura mais volumosa sobre ACP passaram a trazer de forma mais elaborada aquilo que me chamava a atenção na abordagem. Os incômodos advinham da percepção de que os espaços pelos quais transitava com colegas da abordagem eram majoritariamente ocupados por pessoas brancas e com boas condições financeiras. Essa última característica era evidenciada fortemente nas conversas durante os intervalos, nos relatos das colegas ao longo da formação acerca de suas vidas e de suas clínicas e também no primeiro encontro da abordagem que eu participei, em 2019. Era o Fórum Brasileiro de ACP, realizado em Porto de Galinhas – PE, com cerca de duzentas pessoas participando durante sete dias em um resort.

Participei enquanto bolsista, recebendo um considerável desconto na inscrição e experimentando a minha primeira viagem de avião. Eram algumas primeiras vezes, todas juntas. À época do evento, algumas mudanças já eram notáveis na minha vida e alguns acessos financeiros já eram possíveis. Ainda assim, durante a experiência do encontro, a sensação de deslocamento se aflorou e voltei para Fortaleza com o incômodo latente, que parecia dizer que aquele espaço era terrivelmente distante da realidade de onde eu vinha. Como voltar para a vida em que nem sempre as condições facilitavam a existência, depois de sete dias naquele lugar?

Essa experiência se desdobrou em um desejo de estudar sobre alteridade, sobre diferença e, nesse ponto da minha trajetória, os estudos de Vieira, Freire e Araújo sobre ética e alteridade passaram a fazer parte do meu interesse, inclusive, para fomentar o meu trabalho de conclusão da formação na abordagem. Esse trabalho, inclusive, foi um tanto catártico, dentro do que eu dei conta de explorar. Ali eu pude dizer sobre como eu me sentia diferente e distante da realidade daquelas pessoas, mas em uma perspectiva clínica, relacional, entre terapeuta e cliente. Eu ainda não sabia como dizer que notava e sentia fortemente as diferenças entre nós e nem sabia se isso fazia sentido mesmo.

Agora, com um desejo de mudar os rumos dos estudos, conhecer outras pessoas de outros lugares que falavam sobre a ACP e outros temas, ingressei na pós-graduação em Fenomenologia, Psicopatologia e Saúde Mental, na CMMG (Ciências Médicas Minas Gerais), onde fui apresentada a outros olhares sobre a atuação clínica.

Neste trabalho, as perspectivas que me foram apresentadas na especialização acima citada não farão parte, mas é a escolha de ir para outros caminhos teóricos que julgo relevante, afinal aquela escolha por um curso de pós-graduação era a tentativa de seguir buscando algo que fizesse sentido para a minha trajetória até ali. Isso fala de uma busca por

caminhos que pudessem fazer mais sentido para compreender o ser humano através de perspectivas mais amplas, menos engessadas de um tradicionalismo rogeriano (com a licença para usar esse termo, já que o próprio Rogers não se dizia rogeriano) e dizia também da busca por espaços em que a pluralidade estivesse mais presente.

Prestes a concluir a pós-graduação, por volta de 2022, as discussões sobre interseccionalidade e ACP vinham sendo fomentadas especialmente pela Pluriverso ACP, grupo composto por Isadora Dias Gomes, Leonardo Aguiar e Virgínia Teles Carneiro, todos nordestinos, e que utilizam podcast e Instagram para compartilhar ideias na perspectiva de se (re)pensar a abordagem pelo viés da lente interseccional e dos estudos decoloniais. Conhecer essa iniciativa foi, para mim, um respiro de esperança, foi quando eu pensei: “Francamente, não estou sozinha pensando nisso tudo. Preciso elaborar melhor as minhas perguntas e, quem sabe, contribuir com respostas ou outras perguntas para essas discussões.” Assim, construí um projeto de mestrado inspirado nas discussões feitas nos minicursos da Pluriverso em conjunto com o que me inquietava a partir das minhas experiências com a abordagem.

É válido destacar que nos últimos anos, tem sido no Nordeste brasileiro que emergem algumas das indagações mais disruptivas no campo da Abordagem Centrada na Pessoa. As iniciativas situadas nesse território vêm tensionando o campo ao convocar questões que deslocam os conceitos principais da abordagem. Esse trabalho se inscreve nesse movimento, com o compromisso de pensar uma ACP mobilizada por histórias de exclusão e resistência.

Portanto, a minha prática clínica, o contato com as discussões supracitadas, a vivência em grupos de encontro, grupos terapêuticos e com outras pessoas que compõem a abordagem despertaram um olhar crítico para o compromisso da ACP com contextos de vulnerabilidade social quando, na realidade, pessoas que se identificam com a abordagem pouco tensionam temas como raça, classe, gênero e território. Fazer isso na pós-graduação carrega o desafio de aprender a relacionar saberes que antes não foram relacionados, encontrando, ainda, um déficit de literatura sobre o tema.

Com a aprovação no mestrado, iniciava-se a trajetória de pesquisadora e esse tem sido um dos mais difíceis desafios da minha vida profissional e acadêmica. Usar as minhas inquietações para saber perguntar, sem a pressa de responder, mas usando a inquietação como motor de pesquisa tem sido um grande aprendizado. A minha pressa para responder precisou encontrar outro lugar que não fosse o desencantamento com o processo nada linear de construir estes escritos. Tenho aprendido a acolher o vazio entre uma ideia e outra. Houve dias em que duvidei da legitimidade das minhas perguntas – elas são mesmo relevantes? São

válidas? – e noites em que elas faziam muito sentido e geravam boas perspectivas. Aos poucos, fui entendendo que a pesquisa, mais do que encontrar respostas, é o exercício radical de escutar o mundo e a si mesma com atenção amorosa e crítica.

Com o mestrado, tenho aprendido que não se deve apressar a pesquisa, nem detê-la. Assim, tenho encarado a produção científica de modo diferente: compreendendo que o processo de investigação não se resume à produção de respostas, mas implica sustentar a dúvida como eixo metodológico. A urgência em concluir deu lugar à necessidade de compreender, de elaborar perguntas mais refinadas e coerentes com o objeto de estudo. A escrita, nesse contexto, deixou de ser o produto final e passou a ser parte integrante do próprio processo de construção do conhecimento.

No início deste percurso de amadurecimento científico, esta pesquisa pretendia-se empírica, a ser realizada junto a adolescentes da comunidade do Marrocos, bairro periférico da cidade de Fortaleza – CE, situado no Grande Bom Jardim (GBJ), com vistas a pensar sobre o que significa ser pessoa naquele contexto. A aproximação com o campo foi feita por intermédio do grupo de pesquisa ao qual eu e meu orientador somos vinculados, o VIESES (Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre violência, exclusão social e subjetivação), que já se insere no GBJ em colaboração com o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) desde o ano de 2018. Ainda em 2023, no primeiro ano do mestrado, firmei a parceria com o Vivo Cidadania e fiquei durante um semestre indo à campo todas as terças-feiras, quando o grupo se reunia em um espaço minúsculo destinado às reuniões sobre direito à moradia naquele território. Logo depois, o espaço também sediou a cozinha solidária, iniciativa que levava as lideranças da comunidade a estarem presentes ali pouco antes do início dos grupos com os adolescentes.

É válido ressaltar que ingresso no campo de já com a minha filiação teórica à Abordagem Centrada na Pessoa, perspectiva que fundamenta minha atuação clínica e epistemológica. Essa vinculação prévia não apenas orientou meu posicionamento enquanto pesquisadora, mas também foi decisiva para a formulação do problema de pesquisa, especialmente no que se refere às limitações da própria abordagem. Ainda que eu a questione em diversos aspectos, é a ACP que me guia, o que configura um exercício contínuo de ir e vir em seus fundamentos, tensionando-a a partir de outras perspectivas críticas, sem romper com os princípios que a constituem e que sigo considerando ético-políticos e potentes.

Deste modo, pretendia-se partir do empírico para pôr em xeque a ACP e os limites conceituais dela quanto ao conceito de pessoa. No entanto, após seis meses em campo, já com o problema de pesquisa melhor delineado e o vínculo com a comunidade mais firmado,

questões burocráticas e institucionais surgiram, como a demissão da educadora social e da psicóloga que estavam à frente do Projeto Vivo Cidadania, a partir do qual eram realizados os encontros com os adolescentes. Desse modo, o projeto ficou inviabilizado por alguns meses, consumando a interrupção da minha pesquisa. Recentemente, o projeto voltou a acontecer, mas o rumo desta pesquisa já havia sido mudado e esbarrava, agora, em uma questão relativa ao trâmite que se leva para que um projeto seja aprovado no comitê de ética da UFC.

Estar em campo de pesquisa é estar sujeito a essas problemáticas que nos escapam. Nesse sentido, o tempo da burocracia para restabelecimento das atividades do Projeto Vivo Cidadania não foi o tempo necessário para a continuidade da pesquisa. Estive somente no que chamo de “primeiro momento”, esse de vinculação com os adolescentes, com o território, sem propor nada a respeito de participação na pesquisa. Essa seria a próxima etapa. Contatei as pessoas que faziam o elo entre mim e o projeto e comuniquei a impossibilidade de continuar. Nesse momento, para mim, era como se tivesse escapado por entre os dedos a possibilidade de fazer algo que eu havia passado a acreditar muito. Não à toa, sinto que nesse momento a minha relação com a pesquisa mudou e se permeou de certo desencantamento. No entanto, a possibilidade de ter as experiências em campo como fomentadoras de uma pesquisa teórica veio como um sopro de esperança sobre o que ainda poderia vir.

Embora esta pesquisa não tenha seguido os trâmites exigidos para ser caracterizada como um estudo empírico, é importante reconhecer que houve uma aproximação com o campo, entendendo-o não como espaço de coleta de dados, mas como território vivo que atravessa e transforma a própria pesquisadora. A inserção na comunidade do Marrocos não configurou produção sistemática de dados, mas colaborou de forma significativa para o deslocamento das perguntas e o adensamento das reflexões aqui apresentadas. O campo, assim, foi chão fértil que provocou, tensionou e reorientou o percurso teórico deste trabalho.

Além disso, durante o mestrado tive a oportunidade de supervisionar ao longo de mais de um ano (até os dias atuais) o (Sobre)viver, projeto de acolhimento de pessoas LGBTQIAPN+, iniciativa do PET Psicologia (Programa de Educação Tutorial). O (Sobre)viver é uma das iniciativas do PET, vinculada a um dos eixos de pesquisa, o eixo de sexualidade, e conta com alunas/os/es de vários semestres do curso de psicologia. A proposta, iniciada em 2022, é de acolher pessoas LGBTQIAPN+ em grupos realizados semanalmente, na clínica-escola de psicologia da UFC, para partilha de experiências e desenvolvimento de estratégias de cuidado a partir do grupo.

Cheguei para compor o (Sobre)viver em 2024 enquanto supervisora. A responsabilidade desse papel também trouxe consigo a possibilidade de experimentar mais um espaço em que os aspectos interseccionais que incidem sobre ser uma pessoa apareceram, seja na minha relação com quem compõe o projeto, seja nos relatos compartilhados em supervisão sobre o que aconteceu no grupo, as identificações, implicações e afetações. É inegável que essa experiência contribui bastante para a ampliação do meu olhar para as perspectivas propostas neste trabalho. Ocupar espaços para além da sala de aula na academia, enquanto mestranda, é o que mais compõe estes escritos.

É nesse contexto de experimentações e deslocamentos que este estudo nasce. Ele é produzido a partir de inquietações acerca do que temos discutido sobre Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) no Brasil e como o que conhecemos teoricamente a respeito da abordagem dialoga com a realidade brasileira e com as questões que são postas pela atualidade, como será explorado mais adiante. Sustentar essas inquietações que surgem para mim a partir de leituras das obras do criador da abordagem, Carl Rogers (1902-1987), bem como de seus colaboradores e sucessores e de experiências pessoais e profissionais, como as descritas acima, não tem sido tarefa fácil.

Neste trabalho é engendrada a possibilidade de ampliar a construção teórica da abordagem, sobretudo considerando o que diz respeito à realidade latino-americana e, mais especificamente, a realidade brasileira, tendo o ponto de vista interseccional como um dos principais horizontes para essa ampliação. Deste modo, considerando a importância que a ACP dá às experiências, e partindo do princípio de que a interseccionalidade (tema a ser desenvolvido mais à frente) refere-se aos marcadores sociais de cada sujeito, não há como escrever este trabalho sem apresentar como quem o escreve chega até aqui e as razões do interesse na pesquisa, como foi feito anteriormente.

Antes, porém, de adentrar na construção teórica em si, é necessário situar brevemente a proposta original da Abordagem Centrada na Pessoa, suas raízes e fundamentos, a fim de sustentar o diálogo com as experiências e contextos que motivam esta pesquisa. A Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) é uma abordagem da psicologia humanista desenvolvida por Carl Ransom Rogers a partir da década de 1940. Ela revolucionou o cenário psicoterapêutico ao deslocar o foco da técnica para a pessoa, da interpretação para a escuta, da patologia para o potencial. Sua proposta está essencialmente assentada na confiança radical na tendência atualizante do ser humano.

Em 1942, Rogers publica *Counseling and Psychotherapy*, onde apresenta sua proposta terapêutica centrada no cliente. A ruptura epistemológica se consolida com a

publicação de *Client-Centered Therapy* (1951), obra em que fundamenta teoricamente a abordagem e introduz o conceito de "relação terapêutica" como núcleo da mudança psicológica. Esse novo olhar para o processo terapêutico surge no contexto histórico dos Estados Unidos da década de 1960, que cria as condições para o surgimento da psicologia humanista e, portanto, da ACP. O clima de contracultura, o questionamento do poder e a atmosfera de ruptura política e social fomentaram o surgimento de uma terceira força da psicologia, que, ao romper com os dois modelos mais proeminentes naquele contexto (psicanálise e behaviorismo), passou a conceber o ser humano de uma maneira mais aberta, autêntica e de profunda confiança, contrastando com os modelos anteriores, que eram vistos por Rogers como reducionistas e mecanicistas.

A ACP se estrutura a partir de três condições facilitadoras para a efetivação do processo terapêutico: compreensão empática, consideração positiva incondicional e congruência (ou autenticidade). A compreensão empática consiste na capacidade do terapeuta de se colocar no mundo do cliente como se fosse ele, sem jamais perder a condição de "como se". Trata-se de uma postura de escuta sensível e não julgadora. A consideração positiva incondicional refere-se à aceitação plena do cliente, sem condições ou reservas, reconhecendo sua dignidade e valor intrínsecos, independentemente de seus comportamentos ou experiências. A congruência, por sua vez, diz respeito à autenticidade do terapeuta, que se apresenta como uma pessoa real, íntegra e transparente na relação terapêutica. Essas condições não são técnicas, mas atitudes do terapeuta, e é sua presença autêntica que possibilita ao cliente entrar em contato com sua própria experiência de modo mais pleno, facilitando seu crescimento.

Outro conceito essencial da ACP é o da tendência atualizante, que consiste em uma força inerente a todos os seres vivos, que os impulsiona ao desenvolvimento, à realização de seu potencial e à manutenção da vida. Quando em um ambiente relacional facilitador – empático, congruente e aceito incondicionalmente – essa tendência se expressa de forma mais livre, permitindo ao indivíduo se tornar cada vez mais ele mesmo. Além disso, a ACP valoriza a experiência do cliente como fonte de sabedoria e autorregulação. Rogers afirma que, ao confiar nessa experiência, o cliente passa a funcionar de maneira mais plena, tornando-se uma pessoa em processo de “tornar-se” – cada vez mais aberta, flexível e integrada. Esse conceito de experiência, uma vivência imediata, sentida e subjetiva, é um dos pilares da abordagem.

Interessa-me saber, inicialmente, como foi gestada uma “perspectiva teórica que toma o valor de pessoa como axioma” (Vieira, 2017, p.30), e que embasa a prática de tantos profissionais na atualidade, seja através das formações, especializações ou mesmo da prática

clínica. Compreender a teoria exige situá-la em seu contexto histórico de elaboração – algo que será detalhado nesta pesquisa, ancorada fortemente na interseccionalidade, um dos seus conceitos-chave do presente estudo.

Dado o contexto de produção da investigação, compreendendo a pesquisa teórica como uma possibilidade e considerando a baixa produção bibliográfica a respeito do tema proposto aqui, bem como as questões citadas anteriormente, o caminho que se mostrou viável e não menos interessante para a elaboração desta investigação surge como uma reinvenção dos processos de pesquisar e de escrever. Uma reinvenção do meu processo enquanto pesquisadora. Nesse percurso, começa a se delinear uma inquietação fundamental que atravessa este trabalho: a noção de pessoa tal como sustentada pela Abordagem Centrada na Pessoa – suas implicações e alcances – passa a ser interrogada à luz de outras experiências e marcadores que desafiam sua pretensa universalidade.

Essa tensão se torna ainda mais evidente quando dialogamos com o pensamento de Aníbal Quijano (2005), que nos alerta para o eurocentrismo do saber, uma forma de colonialidade que produz e legitima conhecimentos em função de uma perspectiva dominante e excludente. Assim, a universalidade da noção de pessoa na ACP não escapa às estruturas coloniais do saber que silenciam e/ou marginalizam outros modos de existência e de subjetividade. É a partir dessa tensão que este estudo começa a se construir, buscando expandir os conceitos para abarcar vozes e vivências historicamente apagadas, em territórios marcados por histórias de exclusão e resistência, ampliando a noção de pessoa, dando voz a perspectivas que escapam às estruturas dominantes.

Portanto, compreendendo os caminhos trilhados na construção desta pesquisa, chegou-se à seguinte questão, que delineia a construção dos objetivos da pesquisa: De que modo uma perspectiva interseccional pode provocar a ACP em sua noção de pessoa? Para tanto, este trabalho tem como objetivo geral compreender de que modo a interseccionalidade interroga a noção de pessoa na ACP. Com a finalidade de responder à pergunta acima, o percurso destes escritos é feito através dos seguintes objetivos específicos: 1. Localizar o contexto de desenvolvimento da noção de pessoa dentro da ACP; 2. Caracterizar a noção de pessoa na abordagem centrada na pessoa; 3. Elucidar as contribuições do pensamento interseccional como sensibilidade analítica para a compreensão do que é ser pessoa numa compreensão de ACP brasileira.

Para responder aos objetivos propostos, primordialmente, na **Introdução**, explicita-se o percurso teórico, epistemológico e pessoal de construção desta pesquisa, a fim de situar como se pode construir uma investigação que trilha caminhos de ineditismo

acadêmico, visto que, como veremos no desenvolvimento deste trabalho, há pouco ou quase nada produzido no Brasil acerca do diálogo proposto aqui (algo a ser explorado mais adiante). Ainda nesta seção é apresentado um panorama geral dos conceitos que permeiam a presente pesquisa, além de serem desenvolvidas a justificativa e a argumentação que embasa a construção teórica do trabalho e que será desenvolvida nos tópicos seguintes. Anuncia-se, portanto, a relação proposta entre a noção de pessoa na ACP e a interseccionalidade.

O capítulo seguinte, **Metodologia**, refere-se ao percurso metodológico escolhido para dar consistência à investigação proposta. Sendo assim, aqui aparece novamente a interseccionalidade, agora como sensibilidade analítica que pretende analisar as estruturas de poder envolvidas na construção da ACP, bem como os impactos dessas estruturas em relação à ciência (Mountian, 2017), assim como apresenta outros passos possíveis para a construção de uma ciência a partir de uma ética interseccional.

Nos capítulos seguintes, onde está contido o **Desenvolvimento**, que contém as teorias fundamentais e a relevância delas para a realização desta pesquisa a partir da construção dos objetivos específicos deste trabalho. Em um primeiro momento, é exposto o contexto cultural de desenvolvimento da ACP, evidenciando o contexto de gestação das ideias presentes na abordagem. Em um segundo momento, é apresentado como a ACP chega e é recepcionada em solo brasileiro. Em seguida, segue-se um capítulo acerca da centralidade da noção de pessoa na ACP e o que é característico. A seguir são apresentadas as críticas à noção de pessoa na abordagem. O capítulo seguinte contém propostas de diálogos interseccionais sobre a noção de pessoa na ACP. Para finalizar, se seguem as considerações finais, contendo aquilo que podemos inferir a partir deste trabalho de pesquisa e as contribuições que ele oferece para a ampliação do referencial teórico da Abordagem Centrada na Pessoa, especialmente no contexto brasileiro e latino-americano. Também são apontadas as limitações do estudo, bem como possíveis desdobramentos para pesquisas futuras, que deem continuidade ao diálogo entre a ACP e os marcadores sociais, ampliando sua potência transformadora nos campos clínico, social e político. Para finalizar, são apresentadas as referências utilizadas na construção do trabalho.

As leituras-base utilizadas para fomentar a discussão aqui engendrada são: Tornar-se Pessoa (1961/2009), Sobre O Poder Pessoal (1986), Interseccionalidade (2021), além dos estudos de Kimberlé Crenshaw, Sueli Carneiro e Cida Bento, entre outras autoras e autores que serão convocados a partilhar suas ideias ao longo destes escritos. Essas obras oferecem não apenas sustentação teórica, mas também provocam deslocamentos necessários para que a Abordagem Centrada na Pessoa possa dialogar de forma mais ampla com os

contextos de opressão e resistência que marcam o contexto brasileiro. Trata-se, portanto, de uma costura entre fundamentos clássicos e vozes contemporâneas, na tentativa de fazer emergir uma psicologia mais situada, encarnada e politicamente implicada.

A escolha das obras de Carl Rogers se dá por seu papel fundante e, ao mesmo tempo, contrastante dentro da Abordagem Centrada na Pessoa. *Tornar-se Pessoa* é tomado como texto seminal, em que se delineiam os princípios centrais da abordagem e uma compreensão de sujeito que se pretende universal; já *Sobre o Poder Pessoal* revela um Rogers tardio, mais sensível às questões sociais e políticas, ainda que sem uma elaboração sistemática. É nessa obra que ele reconhece que há uma política na abordagem.

Tais textos, portanto, oferecem não apenas sustentação teórica, mas também provocam deslocamentos importantes para que a Abordagem Centrada na Pessoa possa dialogar de forma mais ampla com os contextos de opressão e resistência que marcam o contexto brasileiro. Trata-se, portanto, de uma costura entre fundamentos clássicos e vozes contemporâneas, na tentativa de fazer emergir uma psicologia mais situada, encarnada e politicamente implicada.

Encruzilhadas teóricas na construção do problema de pesquisa

Esta pesquisa trata-se de uma investigação teórica, com inspiração no campo vivido e realizada a partir de provocações à teoria de Carl Rogers, tensionada pela dimensão interseccional e sustentada pela ideia de confluência, proposta por Antônio Bispo dos Santos (2023). Ainda que teórica, esta pesquisa emerge de uma trajetória – já anunciada anteriormente – no território do Bom Jardim, periferia de Fortaleza, no Nordeste brasileiro. Esse chão concreto alimenta as perguntas desta pesquisa, tornando o processo investigativo um atravessamento entre teoria e experiência.

A escrita deste trabalho acompanhou os deslocamentos que atravessaram o processo de pesquisa. Ao longo do caminho, as perguntas foram se desdobrando, ganhando corpo, forma e voz, e, com elas, a própria construção da pesquisa também se modificou, como é apontado ao longo do texto. Nesse percurso, a versão de sentido, proposta por Amatuzzi (1996), foi mobilizada como uma ferramenta que permite acolher e elaborar os sentidos produzidos ao longo da pesquisa, tanto a partir dos textos analisados quanto da escuta dos contextos em que estou inserida. As versões de sentido funcionam aqui como uma forma de escutar e significar a minha experiência a partir dos encontros em campo, permitindo que o saber se construa em diálogo com a experiência.

A partir desse movimento, proponho quatro diálogos interseccionais sobre a noção de pessoa na ACP. Esses diálogos são com os marcadores de raça, classe, gênero e território, que não se organizam em categorias estanques ou hierarquizadas, mas como planos de análise que se entrecruzam, compondo uma leitura interseccional e situada da teoria e da experiência com o Vivo Cidadania. Essa escolha metodológica nasce da compreensão de que os discursos produzidos por qualquer teoria, inclusive a Abordagem Centrada na Pessoa, estão situados histórica e culturalmente.

Reconhecer a atualidade como o tempo da enunciação é admitir que, diante das urgências do presente e das demandas que nele emergem, é possível tensionar os sentidos previamente dados e produzir outras formas de dizer, viver e compreender o que é ser pessoa. Assim, ao invés de tomar a noção de pessoa como um dado fechado, esta pesquisa apostava em considerá-la a partir dos deslocamentos do agora, onde raça, classe, gênero e território atravessam a experiência humana e reclamam linguagem. Este desenho se concretiza no último capítulo desta dissertação, onde são trabalhados os quatro marcadores escolhidos com base no campo. Assim, é válido destacar que não se pretende negar a teoria, mas ampliar seus horizontes a partir do encontro com outras vozes, outros corpos e outros mundos possíveis.

Sendo assim, aqui tomo a liberdade de fazer confluir um encontro de diferenças epistemológicas e éticas a partir de um pequeno apanhado de obras de Rogers para discutir a noção de pessoa, bem como de seus comentadores com obras mais atuais, que versam sobre os estudos interseccionais como uma sensibilidade na forma de enxergar o mundo. Mas, afinal, o que é essa confluência de saberes?

Acerca da ideia de confluência, Antônio Bispo dos Santos, pensador e ativista quilombola, que nos deixou no ano de 2023, em uma de suas últimas obras, *A terra dá, a terra quer* (2023), propõe que a confluência:

É a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece (p.15).

Para o autor, a confluência é uma força que amplia e que faz com que diferentes saberes e práticas possam se fortalecer, enriquecendo-se mutuamente. Esse conceito rompe com a visão eurocêntrica de hierarquia de conhecimentos e com o monoteísmo difundido nos modos de fazer ciência. Confluir conhecimentos, portanto, é a criação da possibilidade de gerar aprendizagem em conjunto, sem que as teorias percam a sua essência, mas que possam dialogar com outros saberes.

Dito isto, se este trabalho parte da perspectiva de que a ACP não é um saber universal, mesmo que em seus escritos Rogers tenha dado indícios de que a teoria da ACP podia ser utilizada em vários contextos, como na educação, para a resolução de conflitos internacionais, organizações e grupos, é pertinente adotar outras linguagens que possam contribuir com as ideias da ACP. A compreensão da pessoa, central na abordagem, foi construída a partir de uma matriz cultural, histórica e epistemológica específica – marcada por valores liberais, individualistas e ocidentais – que não contempla de maneira suficiente os atravessamentos estruturais de raça, classe, gênero e território.

Nesse sentido, essa pretensão de universalidade pode apagar experiências que escapam a um modelo normativo de pessoa. Autores como Aníbal Quijano (2005) e Thiago Teixeira Santos (2021), destacam o uso do saber enquanto forma de colonialidade, que impõe uma racionalidade hegemônica e hierarquiza conhecimentos e subjetividades, naturalizando uma visão de mundo construída a partir das referências europeias e ocidentais.

Portanto, neste trabalho, a apostila é no diálogo com a interseccionalidade, que se apresenta como um conceito-chave para o desenrolar desta pesquisa, justamente por possibilitar uma análise situada e relacional das opressões, contribuindo para uma crítica construtiva à Abordagem Centrada na Pessoa.

Para compreender a insterseccionalidade, Crenshaw (2002) destaca que:

É uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (p.177)

Portanto, para que seja possível trilhar outros caminhos, tensionar a perspectiva de pessoa presente na abordagem de Rogers e adotar a interseccionalidade como lente de análise, é fundamental compreender como a teoria da interseccionalidade emerge e de que maneira pode contribuir para os questionamentos propostos neste estudo.

É no final da década de 1980 que Kimberlé Crenshaw, jurista e ativista do movimento feminista negro, propõe que categorias como raça, classe social, gênero, sexualidade, idade, deficiência não atuam de maneira isolada na vida das pessoas. O artigo “*Mapeando as margens: interseccionalidade, política identitária e violência contra as mulheres de cor*”, publicado em 1981 explica que Crenshaw oferecia uma visão abrangente tanto dos movimentos sociais quanto da academia e isso é o que melhor delinea a origem da interseccionalidade: o termo emanava do ativismo do feminismo negro e dos entendimentos da interseccionalidade dentro da academia, caracterizando a necessária práxis crítica que o termo possui.

Ainda na seara de compreender o conceito de interseccionalidade, para Collins e Bilge (2021), este conceito é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo e como isso abrange quem somos, como nos atravessa, como vivemos as dimensões de raça, classe e gênero inevitavelmente escapa do que temos a dizer e de como dizemos quem somos. Sobretudo, de onde falamos. Nesse sentido, cabe à/ao profissional de psicologia estar verdadeiramente implicado em saber de onde ele escuta. É impossível escapar de escutar sem ser através de nós e a dimensão da pessoalidade precisar caber, visto que não há a possibilidade de uma práxis baseada na neutralidade.

Nessa perspectiva, adotar a interseccionalidade como forma de investigação e práxis crítica traz à tona algo importante: o que é, afinal, ser crítica? Na compreensão de Collins e Bilge (2021, p.86), com inspiração nos movimentos sociais do século XX, ser crítica significa “criticar, rejeitar e/ou tentar corrigir problemas sociais que surgem em situações de injustiça social”, o que exige autorreflexividade do pensamento, sentimento e ação sobre a própria prática. Portanto, assumir uma postura crítica não significa apenas enunciar o mundo,

mas, sim, assumir uma posição diante dele, visto que não basta reivindicar uma linguagem da interseccionalidade e da crítica, mas refletir o que esses estudos contribuem com o mundo.

Ainda na compreensão de Collins e Bilge (2021): “a interseccionalidade fornece novas direções para repensar áreas de uma disciplina tradicional” (p.61) e não possui uma estrutura tradicional a ser aplicada em todos os campos, visto que cada campo adapta os diferentes aspectos interseccionais em relação as suas preocupações específicas.

Nessa perspectiva, acredito que os estudos interseccionais ensejam o debate sobre o que é ser pessoa na ACP, de modo a contribuir com a perspectiva de que os marcadores sociais tecem nossos modos de existir no mundo, ao contrário da percepção mais individualista adotada no pensamento de Rogers, que tem sua natureza em determinado tempo e espaço. A interseccionalidade, portanto, nos inspira, como práxis, não apenas como uma ferramenta metodológica, mas como uma importante estratégia de intervenção e sensibilidade analítica para pensar o que a ACP comprehende por pessoa e fomentar o que podemos produzir a partir das inferências que este trabalho se propõe.

Nessa direção, surge a proposta de uma pesquisa que faça dialogar a ACP com as perspectivas interseccionais (Collins & Bilge, 2021), trazendo à tona a compreensão de Rogers em diferentes momentos da sua vida e obra acerca da noção de pessoa, bem como os riscos de se adotar sua perspectiva, sem uma aposta crítica como a proposta aqui. Para tanto, tomaremos como as principais obras que contribuirão com este trabalho, Sobre o poder pessoal (Rogers, 1986; 1^a edição americana – 1977) e Tornar-se pessoa (Rogers, 6^a edição brasileira – 2009). Tais escritos nos dão pistas do que significa ser pessoa para a abordagem.

Dito isto, há de ser produzido algo a partir desse encontro de saberes. Assim como Nego Bispo propôs, algo está sendo semeado nesta proposta de pesquisa, a partir dos diálogos aqui fomentados, que faz com que ACP e interseccionalidade se encontrem e gerem o que está por vir. Isto posto, essa produção será feita a partir de um ensaio teórico que, para Meneghetti (2011), é “uma forma específica de compreensão da realidade, por meios diferentes daqueles utilizados pela ciência, na sua forma tradicional de produzir conhecimento. Assim, o ensaio caracteriza-se pela sua natureza reflexiva e interpretativa, diferente da forma classificatória da ciência” (p. 322).

Este trabalho teórico, portanto, tem na sabedoria da ideia de confluência a sustentação para que sejam tecidos diálogos entre ACP e interseccionalidade, gerando uma outra maneira de pensar a abordagem e os aspectos interseccionais, produzindo outros horizontes. É essa aposta o motor deste trabalho.

A condução da pesquisa acontece através da leitura crítica e interpretativa de textos fundantes da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), especialmente as obras de Carl Rogers, somando-se às contribuições de comentadores contemporâneos, bem como autoras e autores que tensionam a abordagem a partir de referenciais interseccionais e também do uso das Versões de sentido, proposta por Amatuzzi (1996/2010), realizadas após as vivências no Vivo Cidadania. A escolha pela confluência como um conceito que sustenta esta pesquisa permite que os conceitos da ACP não sejam tomados como universais e imutáveis, mas revisitados à luz dos marcadores sociais que constituem as experiências de cada sujeito.

Portanto, o percurso metodológico se dá a partir dos seguintes movimentos: imersão teórica nas obras de Carl Rogers, com foco na ideia de pessoa ao longo das obras Sobre o poder pessoal (Rogers, 1986) e Tornar-se pessoa (Rogers, 1987); leitura crítica de comentadores e comentadoras da ACP, especialmente os que propõem revisões, atualizações e diálogos com outras epistemologias ao tratar da noção de pessoa na abordagem; uso das Versões de sentido sobre a experiência em campo e articulação com os estudos interseccionais, utilizando autoras como Patricia Hill Collins, Sirma Bilge e Kimberlé Crenshaw para pensar os atravessamentos de raça, gênero, classe e território na construção da noção de pessoa da abordagem.

Assim, esta pesquisa se sustenta na confluência entre ACP e interseccionalidade, não como mera justaposição de discursos, mas como gesto ético e político de abertura ao outro, ao diverso, ao múltiplo e ao sujeito localizado em tempo e espaço. É esse encontro que orienta o caminhar desta pesquisa. Um encontro que aposta na tensão criativa entre singularidade e estrutura e entre o cuidado com a pessoa e o enfrentamento das condições que atravessam seu existir. Nesta pesquisa, busca-se afirmar uma psicologia que se encontra nas margens do conhecimento científico, no sentido de que ela não ocupa os centros hegemônicos de produção do saber, e que está implicada com a transformação da compreensão da realidade.

Entre a natureza humana e os condicionamentos sociais: o solo que funda a ACP

Compreender as bases da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) requer olhar para o cenário de sua emergência: os Estados Unidos do pós-guerra, marcados por transformações sociais, políticas e culturais profundas. Na década de 1960, a juventude americana questionava o modelo de sociedade vigente, criticando o consumismo e a tecnocracia. Nesse contexto, emergem movimentos de contracultura que valorizavam a autenticidade, a experiência subjetiva e o desejo por modos de vida alternativos. Como afirmam Vieira et al. (2018), “o momento de emergência das ideias humanistas na Psicologia era exatamente aquele em que alguns estadunidenses estavam se perguntando sobre seus valores e questionando o modelo de sociedade em que viviam” (p.306).

Paralelamente, a psicologia dominante, fortemente influenciada pelo behaviorismo e pela psicanálise ortodoxa, era percebida como fria, normativa e técnica demais. A crítica à tecnocracia – modelo centrado na supervalorização da técnica – impulsiona a ascensão da psicologia humanista, comprometida com a valorização da pessoa e da experiência vivida. A teoria que Rogers desenvolve surge nesse cenário como uma resposta radical a essas limitações, oferecendo uma nova proposta de escuta e cuidado.

Além disso, fatores históricos específicos contribuíram para a consolidação da abordagem. O contexto do pós-guerra gerou aumento da demanda por atenção psicológica, especialmente por parte de veteranos. A escassez de psiquiatras e o crescimento da universidade e do ensino superior criaram condições institucionais para a inserção da ACP como ciência e profissão (Grogan, 2008). Rogers, ao ser convidado para deixar Ohio e se mudar para a Universidade de Chicago, pôde criar um centro de aconselhamento e inovar ao gravar sessões de psicoterapia – algo inédito à época. A relação terapêutica, antes situada no espaço privado, passa a ser objeto de estudo científico. Assim, Rogers confere legitimidade acadêmica à prática clínica centrada no vínculo humano.

Para Vieira et al. (2018), esse movimento coincide com o momento em que Rogers desenvolve seu trabalho autoral de forma mais consistente. O autor respondia a demandas do seu tempo: a busca por autenticidade, a crítica à tecnocracia e o cuidado de si, que flertava com o risco de se tornar uma forma narcísica de existência. A proposta de Rogers conferiu nova perspectiva à psicologia, deslocando o foco da normatização para a escuta da singularidade, e influenciando não só a clínica, mas também a educação e as relações interpessoais.

Nesse sentido, é válido salientar que nem sempre Rogers se refere à sua teoria como “Abordagem Centrada na Pessoa”. O percurso da abordagem passa por nomes como

aconselhamento não-diretivo, terapia centrada no cliente e abordagem centrada no cliente. Apenas em 1976, em um workshop, Rogers adota o termo atual, como forma de abranger a ampliação de suas aplicações para além da psicoterapia (Wood, 2013).

O que se conserva, no entanto, é o que estrutura a ACP. Para Rogers, são três as atitudes fundamentais de quem pratica a ACP – empatia, congruência e consideração positiva incondicional, como já dito. Denota-se também uma confiança radical na tendência atualizante do ser humano, que é caracterizada ao longo de sua obra.

Essa confiança no impulso humano à autorrealização – a tendência atualizante – encontra-se no centro da proposta de Rogers e dialoga diretamente com os valores liberais e individualistas do contexto estadunidense. Essa perspectiva de que o sujeito se desenvolve em direção à sua autorrealização caso esteja em um ambiente favorável foi inovadora à época e reflete também o ideal de um sujeito autônomo, característico dos ideais norte-americanos de liberdade e que sustenta a subjetividade moderna ocidental.

Essa posição otimista sobre natureza humana, característica do humanismo psicológico, dialoga com a matriz vitalista que apostava na autorregulação e na espontaneidade como forças restauradoras do self (Figueiredo, 2008). Contudo, tal matriz carrega consigo o risco de desconsiderar as condições concretas que limitam ou inviabilizam esse florescimento. Rogers formula sua teoria em um contexto de prosperidade e crescimento econômico, em que os valores de iniciativa pessoal e autodesenvolvimento estavam culturalmente disponíveis, ainda que restritos a um perfil muito específico da população norte-americana.

Por isso, compreender como a ACP nasce e se desenvolve no solo estadunidense é um passo necessário para que se possa reinventá-la criticamente. Ao reconhecer seus condicionantes históricos e culturais, abre-se caminho para construir uma releitura da abordagem, não como ideal abstrato, mas como algo situado, afetado por estruturas sociais e, ainda assim, capaz de transformação.

A face da ACP que chega ao Brasil

A compreensão da ACP por vias de sua construção em determinado tempo e espaço permite compreender e questionar as influências que determinaram um modelo de humano e de relações interpessoais que a teoria preconiza e que se mostra insuficiente para as questões postas na atualidade. Trzan-Ávila e Jacó Vilela (2012) questionam: “o solo americano e suas ideias pragmáticas deram a ‘cara’ que a ACP tem no Brasil? Ou a ACP no Brasil é negra, é índia, é branca, é mista?” (p.1064).

Esse questionamento se insere em um contexto de crítica à universalidade proposta pela ACP, que, ao ser transplantada para um contexto tão distinto do norte-americano, onde nasceu, a abordagem se vê forçada a dialogar com realidades sociais e históricas complexas que envolvem questões de raça, classe e identidade. Aliás, quem torna isso como necessidade são pesquisadores/as que se engajam numa leitura crítica da abordagem. A proposta humanista de Rogers tem sido desafiada por contextos que exigem um olhar mais atento às desigualdades estruturais e às condições que limitam a ideia de liberdade difundida na ACP.

Ademais, a ACP, ao focar nas condições ideais para a realização do processo terapêutico pode negligenciar as especificidades de diferentes grupos sociais e os impactos de estruturas de poder que moldam as relações humanas. Esse ponto de vista é amplamente discutido por críticos que, ao refletirem sobre a recepção da ACP no Brasil, apontam para uma desconexão entre os princípios da abordagem e as necessidades reais de uma população marcada por desigualdades históricas.

Feitosa, Castelo Branco e Vieira (2017), numa análise sobre a vinda de Carl Rogers ao Brasil, no ano de 1977, em meio ao contexto de Ditadura militar, afirmam que Rogers foi impactado pelo risco de apresentar seus ideais políticos dado o contexto da época, assim como os psicólogos brasileiros também foram impactados pela visita, recebendo “as ideias e as práticas rogerianas com ressalvas e potencialidades para criar novas perspectivas teóricas e práticas de intervenção” (p.792). Dentre as ressalvas, destaca-se a limitação da ACP, que foi utilizada como disparador para o desenvolvimento da abordagem no cenário nacional e como inspiração para o desenvolvimento de práticas comunitárias e emancipatórias.

Desta feita, a ACP na década de 1980, ou seja, após a primeira visita de Carl Rogers ao Brasil, passa a ser criticada por seu potencial de ser cooptada pelo discurso neoliberal-individualista, disparando estudos que fomentam o diálogo da abordagem com outras teorias. Destacamos o trabalho de Virgínia Moreira (2007), que propõe a articulação da

ACP com a perspectiva fenomenológico-existencial, com destaque para o diálogo com Merleau-Ponty, bem como propõe uma perspectiva marxista para a abordagem, partindo de uma crítica ao teor individualista da ACP.

No artigo intitulado "Recepção e Circulação da Psicologia Humanista de Carl Rogers no Brasil", de Castelo Branco e Cirino (2017), é realizada uma análise histórica sobre como as ideias rogerianas foram assimiladas e transformadas no contexto brasileiro. A partir dos conceitos de "recepção" e "circulação", os autores identificam quatro fases desse percurso: uma pré-história marcada por iniciativas isoladas (1945/1976); uma fase de fertilização impulsionada pelas visitas de Rogers ao país (1977/1986); um declínio após sua morte e a de Rachel Rosenberg (1987/1989); e, por fim, uma fase de renascimento (1990 em diante), em que emerge uma abordagem centrada na pessoa com características brasileiras.

Essa versão nacional da ACP passou a dialogar criticamente com a fenomenologia, o existencialismo e o pensamento de Paulo Freire, rompendo com o modelo norte-americano e desenvolvendo-se como uma prática mais situada social e culturalmente. As traduções das obras de Rogers também exerceram papel crucial nesse processo, permitindo a difusão de suas ideias, mas revelando lacunas importantes que contribuíram para releituras locais com forte viés fenomenológico e político.

Ao chegar em solo brasileiro, a ACP passa por importantes reformulações não necessariamente em suas ideias originais, mas, sobretudo, em relação às teorias que dialogam com as ideias de Rogers. Isso pode ser compreendido pela contextualização com o momento de censura de ideias que o Brasil vivia e as necessidades que se insurgiam àquele momento. Constrói-se, portanto, um caminho fecundo de reinvenção da abordagem, ainda que, segundo Castelo Branco e Cirino (2017), a abordagem tenha tido diferentes fases no Brasil, inclusive de declínio. A recepção das ideias de Rogers em nossa terra afirma que a continuidade de uma teoria não escapa às marcas da história de um território, das inscrições de poder que se imprimem em sua releitura e das singularidades da cultura.

Afinal, de quem a ACP fala: a noção de pessoa na abordagem

A pergunta “o que é ser pessoa?” atravessa tanto a filosofia quanto a psicologia e assume contornos distintos conforme os referenciais teóricos e históricos. Na Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), esse conceito emerge da confiança radical de Rogers acerca do potencial de crescimento e autenticidade do ser humano. No entanto, em contextos marcados por desigualdades sociais, apagamentos históricos e múltiplas formas de opressão, essa noção precisa ser revista e complexificada.

Este capítulo propõe uma leitura de Rogers que apresenta a construção do que é ser pessoa na ACP, abrindo espaço para que em seguida sejam tecidas críticas que fomentam a construção deste trabalho a partir da própria ACP e, também, a partir da leitura de outras teorias. De antemão, é preciso inferir que a ideia de pessoa na obra de Rogers é central, apesar de não ter sido um conceito definido pelo autor.

Essa ausência de uma definição precisa pode ser lida, ainda que de forma polêmica, como um reflexo da posição social e histórica ocupada por Rogers – um homem branco, norte-americano, formado em uma cultura liberal e individualista, cuja experiência de mundo se apresenta como ponto de partida tácito da teoria. De seu lugar, a experiência de ser pessoa para Rogers aparece como algo dado, evidente em si, dispensando nomeação ou delimitação. É importante reconhecer, contudo, que não podemos exigir de Rogers um tratamento explícito dos marcadores sociais que aqui consideramos, pois, em sua época, tais questões ainda não eram pensadas ou articuladas da mesma forma que hoje. Reconheço que essa é uma questão delicada e controversa, mas que se torna relevante justamente porque marca um dos eixos de tensionamento desta pesquisa.

Dito isso, é importante observar que na década de 1950, no entanto, Rogers utilizava outra nomenclatura para designar a pessoa que estava em atendimento psicoterápico. No livro *Terapia centrada no cliente* (1951/1992), Rogers explica a escolha pelo termo cliente para essa designação: “Que termo se deve empregar para indicar a pessoa com quem o terapeuta está lidando? [...]” (p. 13).

Rogers (1951/1992) justifica sua escolha tomando por base a liberdade da pessoa ao procurar atendimento psicoterápico, de modo ativo, mas ressalta que essa palavra ainda não é a ideal. A mudança de cliente para pessoa ocorreu em 1975, quando “Carl Rogers e John Wood decidem mudar o nome do workshop realizado no Mills College, em Oakland (EUA), de Abordagem Centrada no Cliente para Abordagem Centrada na Pessoa” (Wood, 2013, p.47). A mudança se justifica apenas pela observação de que o termo “pessoa” abrange

melhor a integralidade de quem fazia parte dos workshops. Para Wood (1983), “[...] é utilizado para refletir a atitude da terapeuta com relação à pessoa [...]” (p.47).

Para compreender a construção da ideia de pessoa, lembramos que Rogers (1951/1992) introduz o conceito de tendência atualizante como um conceito-chave na abordagem. Esse conceito, portanto, é o que explica a tendência inata de todo humano ao crescimento, constituindo, portanto, importante noção para o que a teoria diz sobre tornar-se pessoa.

Corroborando essa visão, postulamos que em Tornar-se Pessoa (2009), obra que reúne artigos do autor entre 1951 e 1961, no capítulo intitulado “O que significa tornar-se pessoa”, é apresentado o que está por trás do referido processo no âmbito psicoterápico: ser aquilo que se é e “criar uma atmosfera de liberdade na qual ela possa se mover, ao pensar, sentir e ser, em qualquer direção que desejar” (p.123). Desse modo, o cliente começa a derrubar as falsas frentes encaradas na vida e passa a ser ele mesmo.

Para Rogers (2009), quando a pessoa experimenta “todas as emoções que organicamente afloram nela (...) ela se tornou aquilo que ela é” (p.128), e isso significa descobrir o que se é através da própria experiência e não através de algo imposto sobre ela, assumindo um caráter de “processo vivo, que respira, sente e oscila” (p.130), escapando de qualquer engessamento.

A noção de pessoa, portanto, está no centro da proposta de Rogers. Para o autor, “o ser humano parece ser uma criatura impressionante e complexa que pode caminhar de forma terrivelmente errada, mas cujas tendências mais profundas são para sua própria valorização e a de outros membros de sua espécie” (Rogers, 2014, p.140). Essa concepção positiva é reafirmada ao longo de sua obra, como também se observa em Tornar-se Pessoa (2009):

Um dos conceitos mais revolucionários que se destacaram da nossa experiência clínica foi o reconhecimento progressivo de que o centro mais íntimo da natureza humana, as camadas mais profundas da sua personalidade, a base da sua ‘natureza animal’, tudo isso é naturalmente positivo – fundamentalmente socializado, dirigido para diante, racional e realista (p.104).

Rogers subverte a ideia de que o ser humano é, por natureza, um caos a ser domado, opondo-se à teoria freudiana fortemente propagada à época. Ao contrário, Rogers afirma que somos inclinados ao crescimento, à conexão e à realização – desde que não experimentemos experiências opressivas ou relações não autênticas. Esse é o núcleo da confiança radical rogeriana: no âmago de cada pessoa há um impulso para se desenvolver de

forma saudável e ética. Não há pulsão de morte esperando para explodir. Há vida pedindo passagem – mas que pode ser sufocada por condições adversas.

Isso posto, na perspectiva de compreender o que é ser pessoa a partir de colocações de outras autoras e autores, destacamos Maupeou (1974), que traz que a noção de pessoa é a chave da teoria rogeriana. A respeito da teoria de Rogers, ainda segundo Maupeou (1974), a pessoa é “parte de um núcleo essencialmente positivo: a pessoa é naturalmente racional, realista, progressiva” (p.56). Ou seja, em sua essência, a pessoa tem uma natureza positiva e uma capacidade intrínseca de buscar o progresso, agir de maneira racional e realista, em busca de sua autorrealização. Assim, na teoria rogeriana, a pessoa não é algo dado ou predeterminado, um conjunto fixo de características ou uma essência imutável, mas tem a capacidade de se desenvolver e crescer de maneira contínua e positiva, de acordo com as circunstâncias e experiências vividas.

Destarte, interessa a Rogers o processo dinâmico do indivíduo, que parte de um núcleo positivo da personalidade e necessidades inatas. Maupeou (1974) destaca, ainda, que:

Tornar-se pessoa é ter possibilidades de atualizar suas potencialidades, de assimilar as situações vividas e de simbolizar suas experiências. A pessoa, para Rogers, não se constrói de fora, mas realiza-se a partir das potencialidades internas; por isso ela situa-se acima de qualquer essência definida, de qualquer lei, dogma ou tradição.
(p.58)

Essa colocação dialoga com o que Rogers (2009a) destaca acerca das características da pessoa em pleno funcionamento. Para o autor, a pessoa em pleno funcionamento é aquela que está realizando o processo de autorrealização, vivenciando sua vida de maneira genuína, integrada e autêntica.

Além disso, Rogers destaca a criatividade e a capacidade de tomar decisões fundamentadas na experiência pessoal como aspectos essenciais de quem está em pleno funcionamento. A pessoa funcionalmente plena é capaz de ser criativa na solução de problemas e está disposta a experimentar novas possibilidades, sem medo de errar ou falhar. Isso está diretamente relacionado à sua liberdade interior, à confiança em seu próprio julgamento e à disposição para se envolver em novas experiências com o intuito de crescer e se desenvolver (Rogers, 2009).

Outro aspecto crucial é a tendência para o crescimento contínuo, uma característica essencial da teoria rogeriana. A pessoa em pleno funcionamento está sempre em processo de transformação e evolução. Para Rogers, isso não significa alcançar um estado final ou perfeito, mas sim viver de forma dinâmica e aberta ao fluxo de experiências,

permitindo que cada momento contribua para o desenvolvimento pessoal (Rogers, 2009). Esse processo de autorrealização é tanto uma busca individual quanto uma resposta às necessidades do ambiente e das interações interpessoais.

Ainda compreendendo o percurso de Rogers et al. (2022) sintetizam a noção de pessoa, não definida por Rogers, como:

Um indivíduo dotado de capacidade para autocompreensão desde que esteja integrado a uma sabedoria organísmica e em relações autênticas e não condicionais, sem maiores ameaças à liberdade de se aperceber de experiências disponíveis em sua relação com o campo fenomenológico (p.4).

O trecho acima evidencia a concepção rogeriana de pessoa como um processo – nunca uma essência pronta. Essa pessoa possui potencial para a autocompreensão, mas necessita de um ambiente relacional propício e sem ameaças à sua liberdade para se desenvolver. Ela precisa estar situada em condições que favoreçam o florescimento dessa capacidade.

Ainda no campo da construção da noção de pessoa, há uma evidente transposição dos conceitos da esfera privada para a mais ampla esfera de relacionamentos, como os grandes grupos facilitados por Rogers. Em suas obras *Sobre o Poder Pessoal* (1978) e *No Coração da Luta Sul-Africana* (1986), Rogers aponta para suas estratégias de mediação de conflitos a partir da ênfase em uma comunicação aberta, entendimento mútuo e busca de soluções pacíficas, conceitos fundamentais para a promoção da resolução de conflitos, segundo o autor. Sua proposta parte da ideia de que, para enfrentar e superar tensões interpessoais ou sociais, é necessário cultivar um espaço de respeito e compreensão mútuos, onde os indivíduos possam se ouvir e dialogar genuinamente.

Em *Sobre o Poder Pessoal* (1978), Rogers explora como a comunicação empática pode transformar a dinâmica de poder em situações de conflito. Ele argumenta que, ao adotar uma postura de escuta ativa e de validação das experiências do outro, cria-se um ambiente onde as pessoas se sentem valorizadas e compreendidas, o que facilita a resolução pacífica de divergências. Rogers sugere que o ato de escutar com empatia não significa apenas ouvir as palavras do outro, mas compreender o sentimento por trás delas, criando um espaço de confiança onde a comunicação flui de maneira autêntica. Ele propõe que, ao entender as necessidades e preocupações de todos os envolvidos, o mediador pode ajudar a encontrar soluções que atendam às necessidades de todos de maneira mais equilibrada e pacífica, em vez de impor uma solução autoritária ou unidirecional.

Em *No Coração da Luta Sul-Africana* (1986), Rogers aplica esses mesmos princípios ao contexto de um conflito social e político de grande escala. O apartheid na África do Sul representava uma divisão profunda entre os grupos sociais, marcada pela violência e pela desconfiança mútua. Rogers, ao trabalhar com líderes africanos e outros representantes de diferentes grupos, procurou mediar a comunicação entre os lados em conflito, enfatizando a importância de se reconhecer as experiências e os sentimentos dos outros como base para qualquer diálogo construtivo. Ele defendia que a verdadeira resolução de conflitos não poderia ocorrer sem um esforço genuíno de entender as perspectivas e os pontos de vista de ambos os lados, o que contribuiria para a construção de um entendimento mútuo e, assim, facilitar a busca por soluções mais pacíficas e equitativas.

Em ambas as obras, a mediação de conflitos de Rogers gira em torno de quatro pilares principais: escuta ativa e empática, permitindo uma comunicação aberta e a construção de confiança; compreensão genuína das necessidades e sentimentos dos outros, sem julgamentos ou tentativas de manipulação; diálogo honesto e transparente, onde todos os envolvidos podem expressar suas perspectivas de maneira livre e sem repressões; e criação de soluções que considerem os interesses de todos, buscando resultados que favoreçam a justiça e o bem-estar coletivo. Rogers não vê a mediação de conflitos como uma simples resolução de problemas, mas como um processo profundo de reconciliação, onde o entendimento mútuo e o respeito às experiências individuais desempenham um papel crucial.

Ao utilizar esses princípios no contexto de conflitos sociais e políticos, como o da África do Sul, Rogers reforça a ideia de que a paz duradoura só é possível quando as pessoas envolvidas se sentem ouvidas e compreendidas em suas necessidades e sentimentos mais profundos. Essa abordagem, centrada na pessoa e na comunicação aberta, oferece uma alternativa à violência e à repressão, defendendo que, para a resolução de qualquer conflito, é necessário que as partes envolvidas compartilhem um compromisso com a busca de soluções humanas, justas e pacíficas.

Dito isto, destaca-se que na ACP há certa centralidade atribuída à pessoa e à sua autorrealização – valores orientadores da abordagem – que precisa ser historicamente situada, para que possamos compreender o solo que fomenta a construção dessa noção. A ACP, como já mencionado, emerge em um contexto liberal e burguês norte-americano do pós-guerra, profundamente marcado por ideais de individualismo, autonomia e progresso, que atravessam as formulações teóricas de Carl Rogers. Tais valores, longe de serem neutros, carregam uma epistemologia que tende a excluir ou silenciar outras formas de subjetivação, especialmente aquelas forjadas em contextos de opressão racial, de classe e de gênero.

Nesse sentido, não se trata de negar as contribuições da abordagem, mas questionar os pressupostos universalizantes da noção de “pessoa” que a sustentam. Sendo assim, é necessário tensionar o conceito de “pessoa” presente na abordagem – frequentemente tratado como algo dado – e colocá-lo em análise, considerando seus atravessamentos históricos, sociais e políticos. Questionar esse conceito é abrir espaço para que a ACP dialogue com experiências diversas, descentradas da branquitude, da cisheteronormatividade e da racionalidade liberal ocidental, abrindo caminho para uma práxis mais situada e comprometida com a transformação social.

É precisamente nessa virada que pretendo ancorar esta escrita: nos atravessamentos históricos, culturais e políticos que constituem e tensionam a Abordagem Centrada na Pessoa. Com isso, não busco somente reiterar uma denúncia ou uma retórica da insuficiência, mas, proponho ir além, abrindo espaço para um exercício crítico que permita problematizar as fundações epistemológicas da ACP, suas traduções, conceituais e adaptações contextuais e buscar outras ancoragens que deem sustento ao que problematizamos hoje no que concerne ser uma pessoa.

Ao propor esse deslocamento, recuso a ideia de um sujeito universal e descontextualizado que, por vezes, aparece como pressuposto na forma como a abordagem foi apropriada em solo brasileiro. Em vez disso, reivindico uma ACP comprometida com as encruzilhadas de raça, classe, gênero, sexualidade e território – dimensões estruturantes das subjetividades que não podem ser compreendidas fora de seus marcos sociopolíticos. Inspirada por contribuições dos feminismos negros, essa reflexão busca tensionar uma certa neutralidade que, embora desmentida pelos próprios fundamentos da ACP, ainda parece impregnar algumas de suas práticas e discursos.

A fim de fomentar o debate, interrogamos de que pessoa falamos, afinal, quando pensamos em uma ACP em solo brasileiro? Se ser uma pessoa tem a ver com possuir condições de liberdade e fluxo experiencial, seríamos todas/os pessoas? Temos todas/os essas condições?

Tensionamentos e críticas à noção de pessoa em Rogers: descentrando o sujeito universal

Se, para Rogers, sustentar-se num ideal universal de humanidade era suficiente e, como já visto anteriormente, fazia com que não se pensasse no reconhecimento do lugar em que se escuta e fala, fazer isso a partir do momento em que esta pesquisa se desenvolve significa invisibilizar dimensões estruturais dos modos de subjetivação contemporâneos. Problematizar essas questões, como esta dissertação pretende, é um passo inicial para debater a viabilidade delas no cenário contemporâneo da ACP. Ao contrário, esta pesquisa aponta para que ser pessoa não é um dado ontológico ou uma essência universal, mas um processo histórico, relacional e ético, constituído entre liberdade, desejo, reconhecimento e resistência.

Diversas críticas apontam os limites da teoria de Rogers, especialmente no que diz respeito à noção de “pessoa” para o autor. Para Fonseca (1998), apesar do esforço para ampliar seu campo de atuação e compreensão da experiência humana e da certeza de que Rogers “esteve produtivamente à altura de seu tempo e lugar” (p.11), é possível apontar que o pensamento de Rogers não abarca a gama de discussões da atual década, colocando à ACP contemporânea a necessidade de um rompimento com o que fora proposto pela abordagem acerca do que pode significar ser pessoa (visto que não houve definição do termo), de modo a reconhecê-la como parte necessária e até mesmo revolucionária em determinado período, mas que não está atenta a situações de vulnerabilidade as quais os sujeitos estão expostos, seja pela sua condição de raça, gênero, sexualidade ou território.

Ainda nessa perspectiva de reconhecer os limites da ACP, Schmid (2002) também propõe uma crítica importante: para ele, Rogers trabalha com uma concepção substancial de pessoa – como se o sujeito existisse isoladamente – ao mesmo tempo em que a concebe de modo relacional, um ser de e para os outros. Moreira (2007) vai além e afirma que a concepção de pessoa na ACP reflete valores liberais e individualistas e ignora os condicionamentos sociais que moldam a subjetividade.

Araújo et al. (2022) contribuem para esse debate ao afirmarem que não há, na obra de Rogers, uma definição sistemática de pessoa. Nesse sentido, este trabalho contribui ao reconhecer que a pluralidade da experiência humana, portanto, tende a ser reduzida quando se aplica uma compreensão de “pessoa” descolada dos atravessamentos de classe, raça, gênero e território.

Rogers expressa em Sobre o Poder Pessoal (1986) que a base da ACP é essa confiança radical no potencial construtivo da pessoa – o mesmo fundamento presente em suas reflexões sobre a clínica. No entanto, é nessa obra que ele começa a propor a ampliação do

modelo terapêutico para outras esferas sociais. Para Rogers (1977), “a abordagem centrada na pessoa tem algo útil a oferecer para a solução desses imensos e perigosos problemas globais” (p.118).

Apesar dessa tentativa de extração, ele reconhece os desafios dessa transposição. Rogers (1977) afirma que os problemas serão “dificuldades tecnológicas e que a nossa cultura está bem apta a solucionar” (p.120), mantendo o foco no indivíduo ao afirmar que “o conflito dentro do indivíduo é a mais básica de todas as contendas e tensões” (p.120). Assim, ainda que a proposta busque abarcar o social, permanece fundamentalmente individualista.

Esse traço fica evidente também quando, em Tornar-se Pessoa (2009), Rogers define a pessoa em funcionamento pleno como “[...] o tipo mais capaz de se adaptar e de sobreviver em caso de alteração das condições ambientais” (p.222), sem considerar de forma consistente as condições socioculturais que atravessam e limitam essa adaptação. Isso revela a herança individualista do contexto psicoterapêutico em que a abordagem foi gestada.

A esse respeito, Bezerra (2021) também chama atenção para a ausência de uma definição sistematizada da noção de pessoa em Rogers, afirmando que “ainda que a noção de pessoa não tenha sido devidamente tematizada, é possível ser explorada a partir dos escritos dos autores diretamente envolvidos nesse processo de mudança” (p.94).

Mais incisivamente, o autor observa que Rogers não explora adequadamente a influência dos contextos culturais na constituição do que é ser pessoa:

A transposição, de um âmbito mais restrito (psicoterápico) para um mais aberto e diversificado (como relacionamentos familiares, relacionamentos educacionais, pequenos e grandes grupos vivenciais, por exemplo) não é explorada quanto às implicações da influência que esses meios podem exercer sobre a expressividade do potencial construtivo da pessoa (Bezerra, 2021, p.95).

Em relação a isso, ainda que, como aponta Freire (1988), Rogers assuma um caráter reformista em relação às instituições e reconheça o trabalho com grupos como promotor de transformações sociais, ele não chega a enxergar o conflito individual como reflexo direto de questões estruturais. O social aparece em sua obra como pano de fundo, mas não como força constitutiva da subjetividade.

Schmidt (2011) em uma leitura sobre as abordagens grupais na ACP a partir da teoria, da ação e da perspectiva utópica de como Rogers percebe os grupos, destaca os grupos propostos pelo autor não se colocam contra ou questionam a ordem social. Ao contrário, os

grupos apostam na mudança das relações interpessoais sem se desgastar com o que está composto na sociedade. Para Schmidt (2011):

(...) os ideais e a subcultura dos grupos de encontro e dos encontros de comunidade não se colocam contra a ordem social, atacando as formas da existência familiar, a organização da vida política, o modo de produção material e a religião; ao contrário, fazem vistas grossas à ordem social implicada na desumanização das relações interpessoais, acreditando que a mudança das relações interpessoais muda a ordem social ou, mais precisamente, investindo na mudança das relações interpessoais, mantendo a ordem social (p.636).

Esta concepção apresenta uma crítica vigorosa às restrições políticas implícitas na proposta de Rogers. Ao focar quase exclusivamente na mudança das relações interpessoais, sem questionar as estruturas que estabelecem e sustentam essas relações, a estratégia pode se tornar útil para a preservação da ordem social estabelecida. Os grupos de encontro, ao invés de pressionar as instituições que mantêm as desigualdades, atuam como espaços terapêuticos que atenuam os impactos da opressão, sem questionar suas origens. Portanto, a promessa de humanização pode ser absorvida por uma lógica de acomodação, na qual o sofrimento é ouvido, embora não necessariamente politizado.

Ainda na esteira de compreender a construção do conceito na abordagem, Freire (1988) afirma que Rogers sustenta a ambiguidade entre a objetividade e o caráter subjetivo da teoria. Para Freire, os caminhos percorridos por Rogers na construção da abordagem revelam a passagem de:

Uma postura pragmática e busca de eficácia da orientação psicológica para um modelo existencial-humanista de trabalho com pessoas, grupos e organizações. Sua obra, como um todo, está marcada pelo matiz fenomenológico-existencial, mas aqui e ali cede à tentação do empirismo positivista (p.54).

Freire (1988) faz um compilado de dez das catorze obras de Rogers publicadas em português, a fim de compreender o desenvolvimento das ideias do autor a partir de pontos essenciais de suas obras. Destaco que nesse estudo nota-se, entre outros aspectos, o caráter objetivo e o despojo de uma análise crítica da realidade social na obra *O tratamento clínico da criança-problema* (1939), a óbvia “ingenuidade política” (p.65) na obra *Grupos de encontro* (1970), a perspectiva “subjetivista e não-política” (p.70), presente em *A pessoa como centro*, de 1977 e reforçada na obra *Um jeito de ser*, de 1983, “a ingenuidade e falta de realismo” (p.68) contida em *Sobre o poder pessoal* (1977/1986) e a postura de assumir o “primado da experiência subjetiva sobre o pensamento e a racionalidade” (p.57), destacando a ênfase nos

aspectos internos da personalidade sobre os externos, ideias presentes em Tornar-se pessoa (2009).

Este estudo de Freire (1988) nos auxilia a compreender que as obras de Rogers demonstram as mudanças de perspectivas e de temas que foram sendo considerados pelo autor. A década de 1960, marcada pelo livro Tornar-se Pessoa (2009), se destaca pela ênfase nos aspectos da vida interna em detrimento à dimensão social da vida como importante para os parâmetros de comportamento e de necessidades a serem satisfeitas (Freire, 1988, p.57).

Esta observação possibilita identificar um ponto crucial na obra de Rogers, no qual a subjetividade se torna o principal foco de transformação, enquanto os fatores sociais, históricos e materiais são relativizados ou até mesmo marginalizados em sua perspectiva. Ao dar prioridade à vida interna, há o perigo de psicologizar assuntos que, na sua origem, são de natureza política e estrutural. Portanto, a dimensão relacional, tão essencial à ACP, pode ser desvinculada de seus condicionantes sociais, limitando a capacidade crítica da abordagem diante das violências simbólicas e materiais que afetam os indivíduos.

Ainda considerando os críticos do pensamento de Rogers, Schmid (1998a) comprehende que boa parte dos escritos de Rogers carregam um tom individualista e que boa parte dos ditos rogerianos acabam por se deter a uma dimensão substancial de pessoa, desconsiderando o aspecto relacional dessa condição. O primeiro diz respeito ao que a pessoa é em si, substancialmente. Já o segundo trata-se de ser de e para os outros (Schmid, 2005a) e é esse segundo aspecto do Eu que o autor entende que Rogers não sistematizou.

Moreira (2007), de outro modo, entende que a ideia de pessoa em Rogers possui uma noção capitalista e liberal e que equivale à ideia de indivíduo, sem haver atenção aos aspectos sociais envolvidos na busca por ajuda psicológica. Para Moreira (2007), Rogers negligencia aspectos externos do que constitui uma pessoa. A autora, em sua crítica a Rogers, aponta para a necessidade de considerar uma mútua constituição entre homem e cultura, considerando os múltiplos contornos da realidade, escapando da dicotomia entre dentro e fora.

Na seara dos autores e autoras que discutem a construção da noção de pessoa na ACP, Araújo et al (2022) colaboram com a compreensão de que há uma ausência de definição do termo pessoa na obra de Rogers, havendo referências ao “que é ser, ou melhor, tornar-se uma pessoa [...] ou ainda a apontar o que seria uma pessoa do futuro, mas sem definição ao menos dos termos conexos” (p.2).

Nesse sentido, o que chamamos de pluralidade da experiência humana refere-se à imensa variedade de modos de existir, ser, perceber, sentir e se relacionar que cada pessoa expressa em sua vivência única no mundo. Essa pluralidade se manifesta nas múltiplas formas

que a subjetividade humana pode se expressar, moldadas por histórias de vida, pertencimentos culturais, sociais, afetivos e existenciais, que não podem ser reduzidas a categorias fixas ou a uma lógica homogênea de compreensão, risco que existe ao transpor a compreensão privativa da clínica para a compreensão dos contextos sociais. Essa pluralidade pode se apresentar como: o sofrimento, os desejos, os modos de enfrentamento e os sentidos atribuídos à vida, que são tão múltiplos quanto os sujeitos que os carregam. Assim, compreender a experiência humana exige uma escuta sensível à alteridade – uma escuta que não tente encaixar a pessoa em modelos pré-fabricados, mas que se permita ser atravessada pelo desconhecido que o outro traz.

Ao falar em pluralidade no contexto da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), estamos nos referindo à necessidade de reconhecer que a experiência humana não é unívoca nem universalizável. A própria ideia de “experiência” na ACP precisa ser pensada de maneira ampliada, capaz de abarcar as diferentes formas de existir que se apresentam no encontro terapêutico e para além dele, em contextos sociais mais amplos. Quando partimos de um modelo centrado no indivíduo, sem considerar os atravessamentos socioculturais que moldam essa vivência, corremos o risco de reduzir a complexidade do ser humano e perpetuar compreensões parciais e até mesmo carregadas de estigmas. Portanto, trazer a pluralidade à tona é afirmar a necessidade de uma ACP que acolha a multiplicidade dos mundos possíveis que cada pessoa carrega em si.

Dessa forma, voltamo-nos aqui para reconhecer como a noção de pessoa aparece nas obras de Rogers e como ela é tensionada por pensadoras e pensadores que exigem um deslocamento epistemológico – do sujeito universal para o sujeito situado, encarnado, atravessado por raça, classe, gênero, território e história.

Na esteira de conhecer as diversas perspectivas em relação à noção de pessoa na abordagem centrada, vivenciamos a insurgência de autoras e autores que trazem ao centro do debate a compreensão acerca dos limites da abordagem, como Bezerra (2021), Carneiro (2023), Gomes (2023) e Insfran (2023). A exemplo disso, destacamos que Insfran (2023) traz a necessidade de superação das “bolhas terapêuticas” como algo urgente para a abordagem expressa pela seguinte questão:

Do que vale uma bela, humana e empática abordagem psicoterapêutica a ser utilizada em um consultório particular (com clientes privilegiadxs que podem pagar por esse serviço) se na prática as sociedades estão sucumbindo aos ideais neoliberais, que capturam e corrompem atitudes tão caras a nós como a empatia e a congruência? (pp. 44-45).

Ainda nesse sentido, para a autora referida, alguns debates que não estavam na ordem do dia da ACP brasileira têm podido ser refletidos por algumas/alguns companheiras/os da ACP brasileira. Isso traz para o centro o questionamento de práticas ainda colonialistas, eurocentradas e distantes de nossas experiências e necessidades, revelando uma prática psi que violenta e opõe determinadas existências (Insfran, 2023).

Ao levar esses aspectos em consideração e compreendendo que a transposição de compreensão da experiência humana de um contexto privado para um contexto macrossocial não dá conta de uma compreensão da realidade tal como ela se impõe, nos deparamos com a insuficiência na compreensão da ACP, se pensarmos na pluralidade da experiência humana e que se apresenta na clínica e em outros contextos.

Nesse ensejo, destacamos que Gomes (2023), inspirada na leitura de Barrett-Lennard, traz a ideia de que, no contexto de psicoterapia, se o terapeuta se dá conta de que ele possui multidimensões, passa a escutar as múltiplas dimensões que compõem os clientes. Assim, a escuta sensível - que a autora reconhece como uma técnica da ACP - se efetiva quando não se escuta somente a dimensão mental ou emocional, “mas a dimensão de classe, gênero, raça e tantas outras” (Gomes, 2023, p.388).

Em uma sociedade que produz silêncios e domestica corpos, escutar as multidimensões da experiência humana a partir das nossas multidimensões, como propõe Gomes (2023), é escutar sensivelmente. Isso é ato de subversão, afinal é reconhecer que carregamos, dizemos de nós e ouvimos o outro a partir das nossas múltiplas dimensões, que dizem de nossa história, nossos traumas, nossa cor de pele e como ela é lida pela sociedade, nossas crenças, nossa sexualidade, o lugar de onde viemos, crescemos e habitamos, as relações que construímos, o corpo que habitamos e muitas outras dimensões que não conseguiremos abarcar aqui.

Nesse sentido, a perspectiva de Rogers de encontrar sempre as semelhanças, apesar das diferenças entre as pessoas, pode ser compreendida como uma tentativa de desconsiderar a localização das pessoas, como se isso se mostrasse algo negativo para as relações, arriscamos dizer. De certo modo, um apagamento.

Essa perspectiva de Carl Rogers de encontrar sempre as semelhanças, apesar das diferenças, aparece especialmente nas décadas de 1950 e 1960, na efervescência dos grandes grupos multiculturais e dos workshops vivenciais. Ao longo de sua trajetória, Carl Rogers expandiu a aplicação da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) para além do setting terapêutico, defendendo o uso da abordagem em contextos educacionais, organizacionais e, especialmente, em situações de conflito interpessoal e intergrupal. A partir da década de 1960,

com o fortalecimento dos movimentos de contracultura e a crescente demanda por práticas mais horizontais e humanizadas como parte do contexto já descrito nos EUA, Rogers passou a investir nos chamados grupos de encontro (*encounter groups*) e workshops vivenciais como espaços de transformação pessoal e social.

Essas experiências, ancoradas nos princípios da empatia, congruência e consideração positiva incondicional, eram concebidas como espaços de experimentação nos quais a subjetividade podia se expressar livremente e a escuta mútua era cultivada como prática ética e política. Rogers observava que, ao se sentirem ouvidas e compreendidas, as pessoas tendiam a diminuir suas defesas e se tornavam mais abertas ao diálogo – um processo que, para ele, era essencial tanto no nível individual quanto coletivo.

Em Sobre o poder pessoal (1977), Rogers destaca que “o maior bloqueio para a comunicação não é a diferença de ideias, mas a recusa em ouvir o outro” (p. 120). A partir dessa concepção, Rogers passou a atuar em contextos de tensões políticas e sociais, como os conflitos entre católicos e protestantes na Irlanda do Norte, bem como entre judeus e palestinos no Oriente Médio. Nesses encontros, organizados com o intuito de promover compreensão mútua entre grupos historicamente antagonizados, Rogers utilizava os fundamentos da ACP como instrumentos de mediação relacional. A proposta não era suprimir o conflito, mas possibilitar que ele fosse vivenciado de forma não destrutiva, a partir de uma escuta autêntica e do reconhecimento do outro em sua plena humanidade.

A prática de Rogers junto a esses grupos evidencia uma dimensão muitas vezes negligenciada da ACP: seu potencial de ação política, dimensão reconhecida e explorada pelo autor somente em sua obra de 1977, Sobre o poder pessoal. Ao criar espaços nos quais sujeitos distintos podem se encontrar de forma horizontal, sem imposições hierárquicas ou discursos autoritários, a abordagem promove a experiência de convivência democrática e a construção de relações mais dialógicas e menos violentas. Trata-se de uma aposta radical na capacidade humana de se reorganizar a partir da experiência vivida, no contato com a diferença e no reconhecimento do sofrimento comum.

Nesse sentido, os workshops vivenciais promovidos por Rogers configuram-se como experiências que estão na fronteira entre o psicológico e o social, em que a subjetividade se reinscreve no coletivo. Eles revelam que a ACP, longe de se restringir a um espaço terapêutico privado, pode ser mobilizada como prática coletiva, promotora de escuta, responsabilização e transformação. Em tempos de polarização e fragmentação social, esse legado adquire uma urgência renovada: pensar a escuta como ato político e os grupos como potências de resistência afetiva e ética.

Embora tamanho reconhecimento da dimensão política que a ACP carrega, uma versão de Rogers anterior a esse que reconhece a dimensão política da abordagem, acreditava que, ao focar nas semelhanças entre as pessoas – compreensão esta que é fruto do contexto de fomento da abordagem, já explorado mais acima –, como a capacidade humana para o crescimento e a autorrealização, poderia se criar um espaço de compreensão e aceitação, independentemente das diferenças culturais, sociais ou históricas (Rogers, 2009). Esse foco nas semelhanças foi fundamental para a construção de sua teoria terapêutica, na qual o objetivo era possibilitar que o indivíduo se sentisse aceito em sua totalidade, o que favoreceria o processo de autoconhecimento e desenvolvimento pessoal.

No entanto, essa ênfase nas semelhanças pode ser interpretada de maneira problemática quando se considera as dimensões sociais, culturais e políticas das experiências humanas. Criticamos que, ao priorizar as semelhanças, pode-se acabar desconsiderando a importância das diferenças, especialmente aquelas que se referem às condições de vida, identidades culturais e realidades sociopolíticas das pessoas. Esse risco é mais evidente quando se observa que a ênfase nas semelhanças pode obscurecer as desigualdades estruturais que moldam as experiências de indivíduos pertencentes a grupos marginalizados, especialmente ao que se refere às questões de raça, classe, gênero e outras formas de opressão.

No contexto das relações sociais e políticas, a busca por semelhanças pode ser vista como uma tentativa de criar um ponto de encontro entre indivíduos de diferentes origens, promovendo o entendimento mútuo e a empatia. Contudo, essa busca, quando aplicada de maneira simplista, pode ignorar as especificidades das experiências vividas por aqueles que estão em posições sociais desprivilegiadas. Ao se concentrar nas semelhanças universais, que aproximam os seres humanos por sua condição humana, corre-se o risco de diminuir a relevância das diferenças que são fundamentais para compreender a dinâmica de poder nas relações sociais. A desconsideração das desigualdades históricas e sociais, ao tratar as diferenças como irrelevantes ou secundárias, pode resultar em uma análise superficial e pouco crítica das relações intergrupais, fazendo com que a abordagem, em nossa compreensão, não se comprometa com a diversidade das experiências, embora as reconheça.

Em sua obra *No Coração da Luta Sul-Africana* (1986), Rogers reconhece a importância de lidar com as realidades contextuais, especialmente em situações de conflito e opressão. No entanto, sua ênfase nas semelhanças e no entendimento mútuo pode ser vista como insuficiente para lidar com as profundas desigualdades estruturais, como aquelas evidenciadas pelo apartheid. A abordagem rogeriana, embora valiosa para promover a escuta

empática, não poderia ignorar as diferenças que são expressas nas condições materiais e simbólicas que definem a posição de uma pessoa em uma sociedade marcada pela opressão. Assim, ao tentar promover um ambiente de entendimento sem confrontar as desigualdades estruturais, detendo-se ao nível da experiência pessoal, corre-se o risco de minimizar a complexidade das questões sociais e de sugerir que, simplesmente, reconhecer as semelhanças é suficiente para alcançar a justiça e a equidade.

Por outro lado, ao enfatizar as semelhanças como base para a comunicação e resolução de conflitos, Rogers não procurava negar as diferenças, mas sim criar uma base comum de entendimento. Contudo, é crucial que a busca por semelhanças seja sempre acompanhada de uma análise crítica das especificidades locais e contextuais das pessoas. O reconhecimento das diferenças, especialmente em termos de raça, classe, gênero e outras marcas de desigualdade, não deve ser visto como algo negativo, mas como um componente essencial para uma compreensão mais justa e inclusiva das experiências humanas. A atenção às diferenças, longe de enfraquecer as relações, fortalece-as ao promover uma visão mais sensível e realista das dinâmicas de poder e das condições de vida das pessoas.

Portanto, a tentativa de Rogers de encontrar semelhanças, apesar das diferenças, reflete sua busca por uma comunicação empática e transformadora. No entanto, essa ênfase deve ser contextualizada e equilibrada com o reconhecimento das desigualdades estruturais, para que a prática terapêutica e mediadora não caia no risco de desconsiderar a localização social e política das pessoas. Reconhecer as diferenças, sem negar a humanidade compartilhada, é essencial para promover relações mais autênticas, justas e sensíveis às realidades diversas dos indivíduos.

Compreende-se, portanto, que, nesse movimento, constrói-se, ainda que de forma não intencional, uma versão da Abordagem Centrada na Pessoa que se furt a localizar a posição de onde se escuta e de onde se fala. Ao não marcar os lugares sociais, históricos e políticos dos sujeitos envolvidos na relação terapêutica, corre-se o risco de sustentar uma escuta pretensamente neutra, que apaga os atravessamentos de raça, classe, gênero, sexualidade e outras dimensões estruturais da experiência humana. Com isso, determinadas existências seguem sendo invisibilizadas, especialmente aquelas que historicamente não puderam se reconhecer na noção de “pessoa” tal como ela é frequentemente mobilizada na abordagem.

Desta forma, corremos o risco, enquanto abordagem, de assumir uma ideia de pessoa como algo universal, intrínseco à natureza humana, sem considerar que o que é reconhecido como "humano" nem sempre inclui todas as pessoas. Certas vivências, marcadas

pela opressão ou pela exclusão, ficam fora do campo de escuta, devido a um limite epistemológico que naturaliza a experiência de pessoa a partir de uma posição hegemônica. Ao não interrogar essas ausências, reforça-se uma escuta que se pretende a mesma com todas as pessoas, mas que, na prática, reconhece melhor algumas experiências em detrimento de outras.

Além disso, é imprescindível reconhecer que, mesmo com a efervescência do movimento negro à época de lapidação da abordagem, nem a ACP nem o humanismo como um todo dialogou com as questões postas por esse movimento. Ao contrário, mais tarde, na década de 1980, Rogers escreve o artigo intitulado *No coração da luta sul-africana* (1986), em que ele conta sobre a facilitação de um workshop com pessoas negras e brancas, a fim de promover a interação livre e com um diálogo significativo como alternativa à violência.

No entanto, ainda que bem-intencionada, essa proposta carrega um silenciamento das relações assimétricas que estruturam o racismo. Ao propor um encontro sob o pressuposto da igualdade entre sujeitos racializados de formas tão diferentes, desconsidera-se o peso histórico da branquitude enquanto posição de privilégio e norma silenciosa.

A abordagem, nesse sentido, encarna o que Mills (1997) chama de “epistemologia da ignorância”. Um dos exemplos mais famosos é o que Mills (2007) nomeia de “ignorância branca”, que é sistematicamente construída a partir da supremacia branca. A branquitude, enquanto lugar não nomeado de onde fala e se constrói grande parte da teoria humanista, permanece protegida por uma pretensa neutralidade que, na prática, impede a abordagem de escutar aquilo que ela diz estar disposta a escutar: a pessoa. Mas que pessoa?

Ora, é ingênuo pensar que questões de raça serão resolvidas com diálogo, apenas, em um workshop de alguns dias. Isso nos faz pensar que há certa indiferença de quem produz ciência para determinados assuntos. Além de ser uma postura ingênua, a posição de Rogers conta a história de onde ele fala e isso é uma denúncia de que corpos de homens, brancos, cisheternormativos, europeus e norte-americanos detêm o poder de ouvir ou silenciar determinadas existências, reduzindo os atravessamentos dessas pessoas a meros problemas a serem resolvidos com diálogos em workshops vivenciais.

Arriscamo-nos inferir que o que Bento (2022) chama de “Pacto da branquitude” é o que permite determinar – ou tentar – os rumos da ciência em linhas gerais. É sob a égide da branquitude que se constitui grande parte do que temos dos estudos em ACP até aqui, construindo os caminhos que a abordagem percorre, sem que haja a problematização de determinadas questões.

Nesse mesmo sentido, Grada Kilomba (2019) nos lembra que a escuta é ética somente quando reconhece os silêncios produzidos por relações coloniais de saber e poder – e é nessa direção que busco tensionar meu lugar de fala e de escuta na pesquisa. Inspirada na proposta rogeriana de uma relação empática, autêntica e não julgadora, assumo a responsabilidade de não apenas escutar, mas de me implicar: sob a tentativa de desestabilizar o olhar branco que tudo nomeia, tudo define, mas raramente se interroga.

Além de a questão da branquitude se impor, há algo que nos escritos de Rogers se repete e é percebido no exemplo dado acima: a busca pelo comum na abordagem. O comum, o que está “por trás das máscaras”, aquilo que aproxima as pessoas. No entanto, essa ética do comum pode ser violenta e opressora, se não considerar as dinâmicas sociais que constroem identidades e lugares no mundo. Santos (2021) aponta “uma face dupla do humanismo: ele consolida a noção de humanidade a partir da destruição de outros sujeitos” (p.33).

Em outras palavras, a promessa de universalidade que o humanismo carrega frequentemente se apoia na exclusão de determinados corpos e experiências que não se alinham ao ideal de humano dominante – branco, ocidental, cisheteronormativo. Assim, o apelo ao que é comum pode invisibilizar o que é estruturalmente diferente, apagando desigualdades sob a máscara da empatia. De acordo com Santos (2021), essa lógica baseia-se em uma suposta neutralidade do sujeito, cuja experiência é considerada uma referência para todas as outras, ignorando os atravessamentos de raça, gênero, classe e colonialidade que produzem formas distintas de ser pessoa. Sendo assim, o risco da Abordagem Centrada na Pessoa é realizar uma escuta que, sem intencionalidade, reproduza exclusões ao tentar igualar o que é profundamente desigual.

Na tentativa de fazer um apanhado do que constitui uma pessoa nas obras Sobre o poder pessoal e Tornar-se pessoa, temos algumas ideias que se repetem nas obras e nas/nos autores que resgatam o desenho da ideia de pessoa em Rogers, como exemplo: natureza humana positiva, liberdade, viver plenamente, tornar-se o que se é, harmonia e valorização do espaço interno. Quando analisamos essas ideias, percebemos que há algo marcante no privilégio de ser quem se é dentro de uma estrutura social.

Inferimos que, caso Rogers não fosse um homem cisgênero, heterossexual, cristão e de classe média, é muito provável que ele não vivesse tal liberdade para ser quem ele era, afinal o contexto social e geopolítico não lhe permitiria tamanha liberdade. Nesse aspecto, quem valida o que significa tornar-se pessoa detém certo poder narrativo e é carregado de lugares anteriores de privilégio.

Em consonância com essa afirmação, quando partirmos dessas repetições sobre o que é ser uma pessoa, compreendemos que é preciso ter condições de poder acessar a positividade de nossa natureza e não ter obstáculos nesse processo. No entanto, se partimos dessa premissa, os corpos que existem de forma desviante na sociedade, sofrendo violências sutis e abertamente, tantas vezes sem condições de harmonia com o seu espaço interno e externo, são dignos de serem reconhecidos como pessoas, visto que não possuem as condições para tal?

É nesse sentido que se propõe o diálogo da ACP com o conceito de interseccionalidade, a fim de inaugurar outras noções de pessoa, outros poderes pessoais, outros processos de tornar-se que sejam mais fiéis ao contexto brasileiro, que possam se atualizar sem que se perca a riqueza de contribuições de Rogers. Esse diálogo se faz necessário a fim de sustentar a tensão das diferenças que são impossíveis – e nem se pretende – invisibilizar.

Propondo diálogos interseccionais sobre a noção de pessoa na ACP

No percurso que fizemos até aqui, foi possível perceber como Rogers lidou com as questões macrossociais e sua interferência na subjetividade de uma pessoa. Seu legado mostra que aquilo que se conhece por pessoa tem a ver com uma tendência inata ao crescimento e não se fala sobre a interferência das questões estruturais. No entanto, sem a possibilidade de descontextualizar as ideias gestadas por Rogers em sua época, não podemos escapar do cenário de supervalorização do individualismo, como apontam Vieira e colaboradores (2018).

Destarte, se pretendemos adotar um ponto de vista diferente na leitura e compreensão da obra de Rogers, a fim de interrogar a noção de pessoa na abordagem a partir da interseccionalidade, como proposto no objetivo geral deste trabalho, é necessário caminhar por trilhas que permitam essa expansão.

Nesse ponto, faz-se importante questionar como escutar uma pessoa sem reduzi-la à interioridade individualizante. Como sustentar uma escuta que reconheça que o sofrimento, muitas vezes, não se origina nela, mas na violência estrutural que a atravessa? É necessário construir uma escuta sensível, que reconheça os contextos violentos que produzem sofrimento e que não silencie o caráter político das dores que se expressam. Aqui abre-se espaço para uma compreensão de pessoa que não a reconheça a partir de um centro abstrato de humanidade, mas a partir de sua posição situada no mundo – nas encruzilhadas de raça, classe, gênero, território e demais marcadores.

Gomes (2019), em seu texto sobre empatia na clínica com mulheres negras, questiona “como facilitar a liberdade de quem não foi dado o direito pleno de ser sujeito no mundo?”, lembrando-nos de que há um compromisso na escuta, que denota o seu caráter libertador. Nesse sentido, escutar alguém cujo sofrimento emerge do seu contexto social exige mais do que empatia individual ou acolhimento genérico: exige que a escuta se desloque, desloque o escutador e se comprometa com a materialidade histórica da dor.

Assim, este capítulo se configura na proposta de quatro diálogos interseccionais realizados com a perspectiva de pessoa na Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), teoria de base deste trabalho. Partimos do reconhecimento de uma limitação fundamental da ACP: a noção de pessoa, embora central, não é conceituada por Rogers de forma explícita e se sustenta em valores liberais, individuais e ocidentais, o que dificulta o acolhimento das experiências atravessadas por marcadores sociais como raça, classe, gênero e território. Como chave analítica para tensionar e reconfigurar esse entendimento, propomos o diálogo com a interseccionalidade, que permite situar e complexificar a compreensão dos atravessamentos de

ser uma pessoa em contextos marcados por desigualdades. A partir dessa perspectiva, são construídos quatro diálogos interseccionais que atravessam a teoria e a prática: (1) natureza humana e classe social, (2) tornar-se o que é gênero e sexualidade, (3) autenticidade e a discussão sobre raça e (4) liberdade e território.

A construção desta pesquisa foi atravessada por inquietações que emergiram do desejo de articular a interseccionalidade como uma chave analítica capaz de tensionar a noção de pessoa para a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP). A familiaridade prévia com esse referencial, somada às experiências e reflexões desenvolvidas ao longo do mestrado, impulsionou a percepção de que os modos de ser pessoa, tal como abordados na ACP, demandavam novas lentes de leitura. A interseccionalidade, nesse percurso, não surgiu apenas como um tema de interesse, mas como um horizonte ético e metodológico para revisitar criticamente a abordagem.

Ao longo da pesquisa, nos questionamos sobre como teorizar isso sem imputar à Rogers a responsabilidade de responder a questões que emergem de nosso tempo, mas reconhecer os limites de sua produção teórica e, a partir disso, indagar de que maneira a ACP pode ser tensionada, ampliada ou reinterpretada à luz de problemáticas contemporâneas. Assim, esta pesquisa busca abordar tal desafio com honestidade epistemológica, perguntando-se como a abordagem pode dialogar com as múltiplas formas de opressão que atravessam os sujeitos, sem desconsiderar sua origem nem o contexto em que foi desenvolvida.

Aqui, pretende-se “conservar as formas de investigação e práxis críticas desenvolvidas pelos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, adotar as normas da academia” (Collins & Bilge, 2021, p.108). Consideramos que este é um desafio do grupo em que estou inserida, o VIESES, que assume o compromisso – dentre outros – com uma práxis interseccional.

Como não poderia ser diferente, este trabalho acaba por assumir o mesmo desafio, ainda que em um estudo teórico de inspiração no campo inicial de pesquisa, mas conservando o desejo de construir coalizões entre o mundo político e acadêmico, transpondo as fronteiras entre o político (posicionamento apresentado na introdução) e a intelectualidade.

Para Collins e Bilge (2021), nos marcos interseccionais não existe racismo ou heterossexismo puros, pois:

A vida e a identidade das pessoas são moldadas em geral por múltiplos fatores, de diversas formas e mutuamente influenciadas. Raça, classe, gênero, sexualidade, idade, deficiência, etnia, nação e religião, entre outros, constituem sistemas de poder interdependentes, interseccionais ou mutuamente construídos. Enquanto categorias de

análise, raça, gênero, sexualidade, classe e nação adquirem significado a partir das relações de poder do racismo, do heterossexismo, da exploração de classe e do nacionalismo (p.250).

Portanto, a partir de uma perspectiva interseccional como sensibilidade de análise, é possível sugerir que, a despeito de uma visão individualista sobre o que significa tornar-se pessoa, a interseccionalidade contribui com um novo olhar sobre outras variáveis que constituem uma pessoa. As estruturas de poder fortalecem ou subjugam determinadas existências e inferem diretamente em como as subjetividades se desenvolvem.

Dito isto, reforço que não significa que o contexto social não fora considerado por Rogers quando sistematizou suas ideias. Aliás, quando Rogers (1986/2001) fala sobre a pessoa emergente, no capítulo doze de *Sobre o poder pessoal*, ele destaca que o modo de ser dessa pessoa está ligado às várias dimensões da vida, como valorização da autenticidade, comunicação aberta, desconfiança de instituições rígidas, busca de novas formas de comunidade, respeito pela natureza, exploração do espaço interno e valorização de experiências pessoais sobre autoridades externas (p.241-265). No entanto, como não poderia deixar de escapar de sua tradição individualista, as colocações de Rogers descrevem somente uma parte das pessoas, provavelmente as mais próximas às características dele, como infere Carneiro (2023): “homem, branco, ocidental, heterosexual, cisgênero, cristão e de classe média” (p.234).

Francamente, a leitora ou o leitor deve estar se perguntando para onde essas reflexões os levam e o que os espera. Mas, se não nos contentamos com uma abordagem desenhada como está atualmente, então o que queremos com essa ideia de confluência? O que tudo isso constrói, senão certo desencantamento com a abordagem? Que lugar é destinado àqueles que questionam anos de elaboração de uma abordagem psicológica?

Suponho que esse lugar está sendo construído e que o não-lugar também é um lugar a que podemos pertencer enquanto construímos outras bases, outros diálogos e aprimoramos nossas habilidades de sair da ilha. Estes escritos propõem a construção desses outros lugares possíveis para a abordagem, assumindo um compromisso ético e político com uma visão de mundo que se proponha mais fiel à realidade. Portanto, o compromisso aqui é com o que podemos construir em termos de compreensão de outros mundos, outras pessoas e outros poderes pessoais. Desta feita, propõe-se um diálogo de cunho ensaístico entre as características de ser pessoa, que aparecem nas obras *Tornar-se pessoa* e *Sobre o poder pessoal*, e ensaiamos o entrelace com quatro categorias amplamente percebidas na experiência em campo no Projeto Vivo Cidadania: raça, classe, gênero e território.

A partir das discussões teóricas e tendo como chave analítica a experiência no Projeto Vivo Cidadania, ambiente de inspiração para este trabalho e disparador de questões, propomos repensar algumas características que se repetem acerca da noção de pessoa nas duas referidas obras, dialogando com as quatro categorias supracitadas.

Tais propostas de diálogos surgem da percepção em território sobre como as características acima elencadas e que descrevem uma pessoa na obra de Carl Rogers, são questionadas quando as categorias de raça, classe, gênero e território se anunciam. Aliás, não há como escapar dessas categorias quando se adota uma lente interseccional. Essa leitura pretende questionar que as características sugeridas sobre ser pessoa podem, por ventura, vir a ser redesenhadas quando consideramos determinados marcadores sociais. Para tanto, seguem os tópicos com os diálogos propostos por esta pesquisa.

Natureza humana e classe social

Carl Rogers aposta nas relações interpessoais como via de acesso ao processo de atualização pessoal – uma espécie de teleologia existencial que se manifesta a partir do encontro com o outro. Para Rogers (2009): “Se posso proporcionar um certo tipo de relação, a outra pessoa descobrirá dentro de si a capacidade de utilizar esta relação para crescer, e mudança e desenvolvimento pessoal ocorrerão” (p.37).

Para ele, esse movimento de tornar-se quem se é encontra-se enraizado no interior de cada sujeito, aguardando condições relacionais favoráveis para emergir. No entanto, Rogers não parece considerar que elementos estruturais para além do vínculo interpessoal também condicionam – e muitas vezes limitam – a possibilidade de ser. Em seu relato sobre a experiência vivida durante o apartheid na África do Sul, por exemplo, Rogers (1986) sustenta que o encontro autêntico no aqui-e-agora pode superar uma história marcada pela violência racial. Segundo ele, quando lideranças negras e brancas se reúnem em número equilibrado e se dispõem ao diálogo, não é a memória da opressão que se impõe, mas sim a potência do encontro pessoa a pessoa.

Essa leitura, no entanto, revela uma tendência à abstração das condições históricas. Para Rogers, a suspensão das diferenças seria necessária para que a compreensão mútua ocorra. O que ele não reconhece é que essas mesmas diferenças – de raça, classe, poder – são justamente o que torna o diálogo necessário. A história não é um obstáculo a ser superado, mas um elemento constituinte das relações e de seus sentidos. No caso da classe social, a tentativa de aproximação de Rogers com o pensamento de Paulo Freire soa ingênua.

Numa compreensão a partir dos aspectos interseccionais, a classe social como marcador social conduz a uma despersonalização da pessoa na abordagem, como se fosse possível abstrair o sujeito de sua inserção social e econômica. A pessoa, então, aparece como um ente genérico, quase atemporal, cujas dificuldades e possibilidades são explicadas pela qualidade da relação interpessoal, desconsiderando as marcas da desigualdade social que moldam seu cotidiano e sua existência.

A resolução de um conflito interpessoal, por mais transformadora que seja no nível subjetivo, não equivale à transformação das estruturas que produzem desigualdade. Confundir escuta com reparação, ou empatia com justiça, é um dos riscos de uma abordagem que se ancora exclusivamente no campo das relações interpessoais, desconsiderando os atravessamentos sociais que condicionam quem pode ou não ser plenamente escutado.

O pensamento de Rogers carrega em si uma fé radical na potência do ser humano quando este se cerca de bons encontros, de boas relações. O conceito de tendência atualizante é a expressão máxima dessa ideia. Mas nem todas as pessoas têm, na vida cotidiana, acesso a esse tipo de relação. O espaço facilitador descrito por Rogers não brota espontaneamente em solo marcado pela desigualdade social. Ele precisa ser construído e, em muitos contextos, conquistado sob muita luta social, o que significa que há mais elementos em jogo do que ser aceito e compreendido numa relação para que essa conquista seja alcançada.

Em uma sociedade marcada por abismos sociais, as classes populares frequentemente vivem em relações marcadas por controle, precariedade e silenciamento. A compreensão empática, a consideração positiva incondicional e a congruência – pilares da Abordagem Centrada na Pessoa – podem ser consideradas insuficientes para a superação dessas desigualdades. Reconhecemos, porém, que uma proposta de atualização da Abordagem Centrada na Pessoa precisa entrelaçar o processo de “tornar-se” com a trama complexa dos marcadores sociais, abrindo espaço para que cada pessoa, com suas singularidades e marcadores, seja reconhecida de forma situada.

Ainda assim, o que Rogers nos oferece é uma aposta política, se compreendermos que quando o encontro genuíno se torna possível, mesmo nas margens, ele suscita o que o sistema tentou ocultar: o desejo de tornar-se pessoa ou, como comumente dizemos em solo nordestino: “tornar-se gente” ou “ser alguém na vida”.

O que chamamos aqui de encontro genuíno nas margens refere-se à possibilidade de construir relações humanas autênticas em contextos marcados pela exclusão e pela precariedade. Os encontros do Vivo Cidadania são uma nítida reinscrição de um encontro nas margens, que se opõe à lógica desumanizante imposta às populações pauperizadas, periféricas

e dissidentes, configurando-se como um encontro de afirmação da dignidade do outro, um espaço para criar possibilidades de existência, seja pelos encontros em si, seja pelas pontes construídas para acessos à projetos realizados pelo CDVHS.

A partir da leitura da versão de sentido do encontro do Vivo Cidadania, de 05 de dezembro de 2023, recordo de quando uma das adolescentes havia perdido o seu irmão na manhã daquela terça-feira, após uma invasão policial à casa dele. Quando chegamos ao lugar em que os encontros aconteciam havia uma movimentação diferente naquela rua. Pessoas sussurrando, uma família na calçada de casa e logo soubemos da notícia. A irmã do jovem assassinado era do Vivo, mas não havia ido a nenhum encontro naquele semestre. Ou seja, ali foi a primeira vez em que a vi. Seu choro contido, seu lamento pela perda do irmão que lhe era muito importante – algo que ela repetiu algumas vezes –, tiveram naquele momento o meu acolhimento pontual. Esse encontro pode ser considerado subversivo por se tratar de uma escuta sensível de quem chorava a perda de um familiar por violência policial e que, muito provavelmente, terá seu direito à justiça negado pelo próprio Estado que o matou. A subversão se dá justamente na possibilidade de escuta de uma dor que, em contextos marcados por apagamentos históricos e sociais, costuma ser silenciada ou patologizada. Aquele momento não configurou uma intervenção terapêutica formal, mas revelou a potência política e ética de estar com alguém, mesmo que brevemente, em sua dor situada – uma dor que carrega as marcas de raça, território e exclusão.

Onde os vínculos são muitas vezes atravessados por invisibilidade e invalidação, encontrar-se com um outro autenticamente é romper o ciclo do silenciamento e da desumanização. Aquela adolescente, enquanto familiar de um jovem envolvido com a criminalidade e que acabara de ser assassinado pela polícia, relatava a importância do seu irmão na vida dela e me contava histórias felizes dos dois. Ela e sua família, muito possivelmente, serão impedidas de lamentar a perda daquele ente. Nesse sentido, produzir encontros na margem é construir uma contranarrativa ao discurso dominante, que reduz a pessoa à carência, à estatística, a mais um caso, à margem. Quando um sujeito é escutado com presença, mesmo na escassez, emerge a reivindicação da própria existência (ou de um outro) como legítima.

A escuta, nesse contexto, pode ser compreendida como prática de cuidado implicada com a justiça social, e não como aplicação neutra de técnicas. Como sugere Schmid (1998), é preciso deslocar a ACP de um modelo centrado no indivíduo para uma ética da relação. E isso implica escutar o outro não apesar de sua condição social, mas a partir dela, reconhecendo que cada corpo situado carrega histórias, feridas e potências que não podem ser

ignoradas. Portanto, reconhecer que tornar-se pessoa é algo imbricado de contexto, reconhecer e fomentar encontros genuínos nas margens é apostar numa psicologia que não teme se sujar de chão, que não fuja da comunidade, do campo, da rua, da travessia. É uma psicologia que se faz presença e que, ao escutar, também é transformada.

Tornar-se quem se é, gênero e sexualidade

Em um território onde as identidades de gênero e as sexualidades dissidentes são historicamente marginalizadas, aceitar-se “exatamente como se é” torna-se um ato de resistência. Para uma pessoa trans, não-binária, gay, lésbica, bissexual, queer – essa aceitação não é só um processo psicológico, mas um enfrentamento social. Quando Rogers propõe que a mudança verdadeira vem da aceitação, ele traz para o centro a ideia de que não há que se corrigir uma identidade “errada”, mas libertar o eu real que foi sufocado pelas expectativas normativas. No que tange às questões de gênero e sexualidade, essa afirmação contrasta com as imposições aos ajustamentos cisheteronormativos que a sociedade impõe, mas opera a abertura de possibilidades. Na experiência em campo, o tema fora encarado de maneiras distintas: ora como chacota, ora como razão de protestos de uma participante do Vivo, uma pessoa LGBTQIAPN+, que era alvo das chacotas dentro e fora daquele contexto, inviabilizando qualquer possibilidade de garantia de dignidade à sua identidade. Não à toa, era perceptível certo distanciamento dele do restante do grupo, majoritariamente composto por meninos. Seu vínculo nitidamente mais próximo era com uma adolescente e com a educadora social, que se posicionava contra as chacotas dos outros jovens.

A partir da perspectiva da Abordagem Centrada na Pessoa, o processo de ser quem se é pressupõe um ambiente relacional que favoreça a autenticidade, a aceitação incondicional e a liberdade experiencial. No entanto, para pessoas LGBTQIAPN+, esse processo é frequentemente tensionado por estruturas socioculturais que operam a partir da cisheteronorma, traduzindo-se nos discursos, nas escolhas de palavras e de tantas outras maneiras em nosso dia a dia. Ser quem se é, nesse contexto, não se limita a um movimento interno de congruência, mas implica enfrentar sistemas de invisibilização, rejeição e violência. A liberdade de expressão do self, tão cara à proposta rogeriana, torna-se, para sujeitos LGBTQIAPN+, um ato de resistência contínua, que exige não apenas coragem pessoal, mas também transformações nas condições sociais que possibilitam o reconhecimento e a validação das identidades dissidentes.

Quando Rogers afirma que “as pessoas têm uma enorme capacidade de se tornarem elas mesmas se lhes for oferecido um clima que favoreça isso” (Rogers, 1980), a

afirmação não deve ser lida como neutra ou meramente psicológica. Para sujeitos LGBTQIAPN+, esse “clima” necessário à emergência do self autêntico exige condições materiais, sociais e políticas que tornem possível existir do lado de fora do armário cisheteronormativo. Assim, a congruência – longe de ser apenas um ajuste interno – torna-se algo que é possibilitado relacional e coletivamente, demandando não só escuta empática, mas também a desestabilização ativa das estruturas que impedem certos sujeitos de se reconhecerem e serem reconhecidos. O convite de Rogers à autenticidade, nesse contexto, só se realiza plenamente quando a psicologia e toda a sociedade se comprometem com a luta por condições que tornem vivível a diferença.

Em um território onde as identidades de gênero e as sexualidades dissidentes são historicamente marginalizadas, os trechos destacados das obras de Rogers adquirem profundo teor político, visto que em um mundo que constantemente exige adaptação, negação ou disfarce, aceitar-se “exatamente como se é” torna-se um ato de resistência.

Autenticidade e a discussão sobre raça

Um dos pilares da teoria de Rogers é o encontro humano autêntico, com base na compreensão empática. No entanto, em alguns momentos da obra do autor é possível perceber que a conexão interpessoal a que ele se refere ao longo de suas obras não interpela o lugar onde cada um se posiciona na estrutura da sociedade. Isso não significa que ele negue o mundo externo, mas sua teoria acaba por privilegiar o mundo interno das pessoas, onde elas se conectam a partir de aspectos universais de sua humanidade, negligenciando as diferenças sociais, culturais e os privilégios estruturais. Admite-se o otimismo humanista de Rogers quanto à capacidade de conexão interpessoal e se abre caminho para tensionamentos, especialmente quando desconsidera as assimetrias históricas de poder que estruturam essas relações. Rogers aposta na empatia como caminho para superar as barreiras impostas pelas diferenças sociais. Essa crença se expressa de forma contundente na seguinte passagem:

Não faz diferença que eu seja um homem branco, idoso, da classe média americana, e você seja amarelo ou negro, comunista, judeu ou árabe, russo, jovem ou mulher. Se estivermos francamente querendo compartilhar algo, então há uma grande área na qual a compreensão é possível. É pelos "pensamentos que estão em sua cabeça e que você, e ninguém mais, conhece" que começamos uma comunicação aberta e íntima."

(Rogers, 1989, p.123)

Ora, se as diferenças sociais, raciais, culturais, políticas e de gênero não importam tanto para que se compartilhe algo genuinamente, aposte-se, então, em uma compreensão de

humano universal. Se não faz diferença quem se é para que se acolha o outro, não percebo, então, as assimetrias entre nós? Ou as percebo e não as considero? O que faria, então, do outro efetivamente um outro? É possível compreender que Rogers pretende promover a compreensão empática como algo primordial na práxis em ACP, mas o efeito pode ser neutralizar as posições de privilégio e opressão das quais não podemos escapar, em minha concepção. Considero que não reconhecer as diferenças nos coloca no risco de encarar a empatia como algo abstrato, que não lida com as desigualdades concretamente e que, em nome do que pode haver em comum, invisibiliza as diferenças que também constituem os encontros..

Mais do que isso, escapar das diferenças em nome de uma empatia ou encontro real, conexão humana ou como quisermos chamar, é um privilégio de quem se reconhece humano, de quem tem a existência legitimada. Para Santos (2021):

(...) há uma configuração hierarquizante que acimenta a nossa percepção sobre quem é sujeito e quem não é. O tornar-se sujeito, assim, em razão desse lastro colonial, é desenhado pela subordinação dos que são apresentados fora do campo da vida. É possível entrever que nos tornamos sujeitos a partir da nossa inserção nesse código de valores. Essa inscrição nos modela e, em consequência, nos coloca em ato. (p.52)

O trecho acima oferece uma base contundente para pensar a branquitude não apenas como um lugar de privilégio, mas como a medida invisível que organiza quem é reconhecido como sujeito e quem é lançado fora do campo da vida. O ideal branco é universal e se apoia na negação do outro racializado. Ainda para Santos (2021), “o espelho colonial é fabricado no ódio. A presença negra, diante desse espelho, é desautorizada” (p.36). Essa é a lógica fundante da modernidade ocidental na qual a teoria de Rogers se insere em uma economia simbólica que faz da branquitude o centro.

Para Mills (2007), a ignorância branca não é apenas falta de conhecimento, mas um fenômeno estrutural e ideológico ligado à supremacia branca, que molda o que é visto, lembrado e validado socialmente. Essa ignorância é construída passivamente dentro de um sistema que naturaliza uma visão branca do mundo. Por isso, reconhecer a própria branquitude na pesquisa é fundamental para não reproduzir essa cegueira estrutural, assumindo a responsabilidade de escutar a partir da consciência das desigualdades e posições de privilégio que atravessam o sujeito.

Dito isso, temos que a subjetividade de pessoas negras se constrói em um campo de forças onde a subjetividade branca é dominante (e o seu olhar, fundante), fazendo com que o corpo negro seja constantemente negado, silenciado ou reduzido a estereótipos. Como

lembra Frantz Fanon (1952), “é o olhar do outro que me fixa como negro” – e esse outro, em contextos coloniais e pós-coloniais, é o branco normativo, o portador da medida do humano, aquele que detém o espelho colonial.

Assim, para alguém afetado pelo racismo, ser pessoa vai além de simplesmente ouvir a própria sabedoria organísmica, implica também em confrontar os diversos mecanismos que visam a mutilação desse organismo desde fora: o epistemicídio, o silenciamento histórico e a criminalização do corpo. Nesse sentido, tornar-se quem se é requer a resistência à estrutura que constantemente determina quem se pode ou não ser.

É impossível trazer à tona a experiência no Vivo Cidadania sem colocar em xeque e problematizar o meu corpo que ocupou aquele espaço junto a outras pessoas. Nesse sentido, parto do princípio de que a minha branquitude não é neutra – nenhuma é – e ela, inevitavelmente, chegou ao território de pesquisa. Como mulher branca, carrego privilégios historicamente construídos e sustentados por estruturas de poder que, como bem aponta Sueli Carneiro (2003), operam através da universalização da experiência branca como norma. Ao adentrar um espaço racialmente marcado por vivências de exclusão, não posso ignorar que minha presença é percebida e atravessada por essas assimetrias e estão presentes ao longo do percurso da pesquisa. Assim foi estar presente na Comunidade do Marrocos, lá em 2023.

A branquitude, portanto, não é apenas uma condição fenotípica, mas uma posição política construída a partir da colonialidade do poder (Quijano, 2005), que define o que é visível, dizível e legítimo. Ela se inscreve nas formas como percebemos, nomeamos e nos relacionamos com o mundo. Quando cheguei ao Vivo Cidadania, em 2023, não cheguei com o corpo vazio de sentido. Meu corpo branco pesquisador chegou carregado de significados historicamente construídos, que me colocam na posição de autoridade e gera distanciamento. Como bem nos lembra Grada Kilomba (2019), o olhar branco tende a se posicionar como universal, enquanto racializa o outro – ignorando que ele mesmo é uma construção racial.

Portanto, admitir que a branquitude ingressou no campo da pesquisa é admitir que ela nunca realmente chegou: ela sempre esteve lá, funcionando silenciosamente, a menos que seja identificada, tensionada e descentralizada. Esta designação representa o início do compromisso da pesquisa não com a manutenção do lugar de fala dominante, mas com a sua crítica e alteração.

Essa crítica, porém, não se restringe ao campo teórico de pesquisa. Ela se estende à Abordagem Centrada na Pessoa brasileira, como um convite a reconhecer o que se imprime em seu tecido e reconhecer como as marcas da branquitude e das hierarquias sociais incidem diretamente na forma como o sofrimento é escutado, validado e nomeado.

Inspirada em Gomes (2019), que afirma ser necessário “o reconhecimento de que certos sofrimentos têm origem cultural – no racismo estrutural que ainda nos organiza enquanto sociedade”, esta pesquisa reconhece que a raça é um componente inevitável da escuta. Em muitos contextos, não há repertório clínico suficiente para sustentar a escuta de dores racializadas, o que denuncia os limites de uma clínica universalizante, ainda atravessada por normativas brancas, eurocentradas, coloniais.

Liberdade e território

Rogers tem na liberdade um elemento central na experiência de ser uma pessoa, entendendo-a como a capacidade de agir de maneira autêntica e espontânea. Ele acredita que, para que uma pessoa seja verdadeiramente ela mesma, precisa ter a liberdade de explorar suas próprias possibilidades, escolhas e emoções. Para Rogers, a liberdade não é apenas uma questão de poder externo ou político, mas uma condição interna – a liberdade para se tornar quem se é, sem estar constantemente em luta contra as influências ou restrições externas que tentam moldar ou limitar o ser.

No contexto do Vivo cidadania, liberdade era uma palavra bastante suscitada, seja pela expressão do desejo de “ser livre, sem amarras”, seja pela expressão de não ter livre acesso aos serviços que a comunidade oferece, como postos de saúde, centros de referência e escolas, visto que o bairro que abriga o projeto encontrava-se faccionado, impedindo a livre circulação dos sujeitos por todas as áreas.

Remeto-me, aqui, ao relato partilhado sobre a ocasião em que adolescentes participantes do projeto, acompanhados pela educadora social e pela psicóloga, realizaram uma visita a um parque público situado em uma região distante de seu território habitual. Muitos deles jamais haviam se deslocado até aquela parte da cidade, tampouco tido a oportunidade de circular por espaços de lazer como aquele. Os registros dessa experiência revelam, além do encantamento com o novo ambiente, a presença ostensiva de segurança do local, cuja postura de vigilância se intensificava com a proximidade do grupo, sugerindo a ativação de estereótipos e mecanismos de controle frequentemente mobilizados diante de corpos racializados em espaços tidos como brancos.

Essas experiências desafiam intensamente a ideia de liberdade encontrada nas obras de Rogers. Quando jovens não conseguem percorrer seu próprio bairro com liberdade devido ao temor das facções, ou são observados com desconfiança ao entrarem em áreas tidas como “brancas” e “seguras”, a liberdade se transforma de um pressuposto pessoal em um privilégio ligado ao espaço, à raça e à classe social. A liberdade de existir, de se movimentar,

de experienciar e de decidir – tão cara à teoria rogeriana – se torna, nesses cenários, uma promessa frustrada.

O anseio por crescimento, por realização pessoal, por tornar-se “gente” (como é comumente dito no Ceará), atravessa um terreno repleto de obstáculos que incluem risco de violência, a impossibilidade de movimentação e a necessidade contínua de negociar questões de classe, cor e território. Para essas pessoas, a liberdade não é uma condição fundamental, mas sim um objetivo a ser obtido, edificado e protegido. Dessa forma, se para Rogers a liberdade é crucial para o desenvolvimento humano, é pertinente questionar: como imaginar a noção de ser humano sem a experiência devida de liberdade? Não importa se é a liberdade de espaço, de manifestar a sexualidade, de expressar a identidade de gênero ou de raça; não é suficiente para os indivíduos apenas ter o direito de sentir; eles exigem o direito de existir de forma completa. E isso é possível somente a partir de mudanças sociais significativas que garantam o direito de ser na sua expressão mais integral e tangível.

Por essa razão, destacamos que a noção de liberdade, aqui, não deve ser compreendida apenas sob a ótica liberal, centrada na autonomia do indivíduo. É preciso deslocar esse entendimento para uma concepção de liberdade como libertação, como propõe Paulo Freire (1979), ou seja, um movimento coletivo de ruptura com as opressões que desumanizam. Libertar-se, nesse sentido, não é apenas escolher livremente, mas criar condições para existir com dignidade a partir de um processo histórico, ético e político de se tornar sujeito.

Considerações finais

Esta pesquisa nasceu de uma inquietação profunda, enraizada ao longo de uma história de vida, da ocupação do chão da prática clínica e da vivência conjunta com populações esquecidas pela tradição hegemônica da psicologia. Aqui, mais que um percurso teórico, foi tecido um gesto ético e político: interrogar a noção de “pessoa” da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) a partir da perspectiva interseccional, a fim de que possa ser gerado algo a partir disso.

De modo geral, na Abordagem Centrada na Pessoa, não são poucas as contribuições de autores e autoras que questionam uma noção de pessoa marcada por traços individualistas, como foram citadas ao longo do texto. Também se reconhece, entre autoras e autores da abordagem, uma fragilidade conceitual no uso do próprio termo “pessoa” na abordagem que, embora central, não é definido por Rogers. Nesse sentido, este trabalho se inscreve nesse campo de tensões, mas propõe ir além da crítica à individualização. O que está em jogo aqui é o reconhecimento da ausência de uma marcação situada da pessoa: uma pessoa encarnada, atravessada por relações de poder, pelas violências estruturais e pelas pertenças que a moldam.

É nesse sentido que a interseccionalidade é convocada não como um adorno teórico, mas como chave analítica, que permite tensionar a ideia de pessoa e que permite outros usos para futuros deslocamentos. Aqui está a tentativa de encontrar um lugar dentro do humanismo em que alguns novos diálogos são possíveis e tendem a ser aprimorados.

O objetivo geral de compreender de que modo a interseccionalidade interroga a noção de pessoa na ACP foi buscado a partir da experiência em campo no Vivo Cidadania, que esteve nesta pesquisa como inspiração e fundador da questão de pesquisa. Os objetivos específicos – Localizar o contexto de desenvolvimento da noção de pessoa dentro da ACP; 2. Caracterizar a noção de pessoa na Abordagem Centrada na Pessoa; 3. Elucidar as contribuições do pensamento interseccional como sensibilidade analítica para a compreensão do que é ser pessoa numa compreensão de ACP brasileira. – foram desenvolvidos de modo a sustentar uma crítica que é, ao mesmo tempo, propositiva. O último objetivo específico concentra boa parte das contribuições deste trabalho ao propor, a partir da elucidação das contribuições interseccionais, quatro diálogos essenciais nesta pesquisa. Essas contribuições não se tratam de uma rejeição da ACP, mas de uma convocação para que ela se reinvente.

A dissertação reitera que a ideia de “pessoa” conforme apresentada por Rogers, focada em uma tendência de autoatualização e em um indivíduo independente, autocentrado e livre necessita ser repensada. A análise interseccional ajuda a expor que esse indivíduo da

ACP, embora revolucionário para sua época, é influenciado por um padrão de humanidade que é masculino, branco, cisgênero, americano e de classe média, o qual não contempla as vivências de pessoas negras, pobres, trans, indígenas e de muitos outros grupos que habitam as margens da história.

Ao dialogar com autoras como Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, Grada Kilomba, Sueli Carneiro, entre outras, o trabalho inaugura uma conversa entre dois campos que pouco se cruzam na psicologia: a ACP e os estudos interseccionais. Ao fazê-lo, não só expande as possibilidades da abordagem em questão, como também traz uma nova contribuição teórica, incentivando uma reflexão sobre uma abordagem que seja genuinamente centrada nas pessoas, tal qual a pluralidade possível de ser uma pessoa pode inferir, mas que também perceba que a pessoa é um corpo situado, influenciado por marcas sociais de desigualdade.

Além da análise teórica, compartilho o percurso metodológico e pessoal que atravessou esta escrita. O projeto inicial, de caráter empírico, foi transformado pelas contingências do campo, pelos limites institucionais e pela dureza da realidade. Essa virada forçada para o ensaio teórico, ainda que frustrante em um primeiro momento, se revelou fértil. O abandono da empiria não significou uma perda, mas uma reinvenção do método. Tal escolha metodológica se sustenta na proposta de confluência (Bispo dos Santos, 2023), que permite o encontro criativo entre saberes diversos, sem hierarquias, gerando um outro saber.

Entre as principais contribuições deste trabalho, é possível destacar: a inserção da perspectiva interseccional como lente crítica à ACP no Brasil, promovendo um deslocamento epistemológico; a problematização da universalidade da noção de pessoa, mostrando como ela é atravessada por construtos hegemônicos e pode gerar apagamentos quando utilizada sem crítica em contextos de desigualdade; a defesa de uma ACP que se implique com o mundo e com seus atravessamentos, desafiando práticas neutras, despolitizadas e distantes da realidade dos corpos dissidentes e periferizados.

Nesse sentido, é possível inferir que, no sentido proposto por Bispo dos Santos (2023), aqui é construído um movimento de confluência, que não se trata apenas de sobrepor perspectivas, mas de permitir que o encontro entre elas faça nascer algo novo. O que se vislumbra é a emergência de uma outra lente, gestada pelo cruzamento entre a perspectiva interseccional e a noção de pessoa na ACP. Essa confluência opera como princípio de transformação, abrindo brechas para outros possíveis e tensionando os contornos da abordagem ao mesmo tempo em que a expande.

Contudo, como toda pesquisa, esta também possui limitações. O Projeto Vivo Cidadania, na comunidade do Marrocos, teve um papel importante como inspiração e ponto de partida para este trabalho. No entanto, a proposta inicial de um envolvimento mais prolongado e de uma atuação mais direta junto aos adolescentes da comunidade não pôde se concretizar, em razão de questões administrativas já apresentadas anteriormente. Isso limitou a possibilidade de uma articulação mais direta entre teoria e prática no campo empírico, gerando deslocamentos no percurso da pesquisa e exigindo outras formas de sustentar as inquietações que dele emergiram.

É importante reconhecer a escassez de literatura que articule ACP e interseccionalidade, o que exigiu esforços redobrados de construção e costura teórica. Destacamos o trabalho de Del Bosco (2025), Silva e Carneiro (2022) e Carneiro (2021), que contribuem com pesquisas voltadas à articulação entre a Abordagem Centrada na Pessoa e os marcadores sociais. Esses estudos surgem como resultados quando utilizamos "Abordagem Centrada na Pessoa" e "interseccionalidade" como palavras-chave em buscas acadêmicas, indicando um movimento ainda incipiente, mas necessário, de tensionamento crítico dentro da abordagem.

Ainda assim, é preciso reconhecer e valorizar o lugar de onde ele parte: o Nordeste que, de forma destacada, tem se mostrado fértil na produção de deslocamentos a partir da Abordagem Centrada na Pessoa. Não é coincidência que, a partir desse chão, tenham surgido perguntas que desafiam o núcleo duro da abordagem, convocando-a a assumir um lugar político e ético diante das opressões. Ao trazer essas provocações, este trabalho ecoa um movimento coletivo que vem inscrevendo, no corpo da ACP brasileira, outras vozes, outros corpos e outras urgências.

Além disso, reconhecemos as iniciativas fora da academia, de pessoas que compõem a comunidade da ACP brasileira, e que em muito vêm contribuindo com iniciativas que trazem novos olhares para a abordagem. Uma delas, a Pluriverso ACP, foi boa parte da inspiração para o que um dia foi o projeto de pesquisa inicial deste mestrado.

Como caminhos para futuras pesquisas, sugerem-se que sejam realizados estudos empíricos que escutem, a partir da ACP, sujeitos historicamente marginalizados; pesquisas que explorem a clínica centrada na pessoa em articulação com marcadores como raça, classe, gênero, território, capacitismo, entre outros; investigações que dialoguem com epistemologias do Sul Global, feminismos negros e indígenas, tensionando os pressupostos da psicologia humanista e de sua prática clínica; propostas formativas na ACP que se abram à crítica e ao

questionamento de sua matriz original, deslocando o eixo da mera repetição para a criação de uma abordagem viva, situada e plural.

Encerrar este trabalho traz um paradoxo a ser sustentado, pois encerrar este trabalho é, também, deixá-lo em aberto. As provocações aqui semeadas não pretendem encerrar a discussão, mas acendê-la. O que foi dito, é só uma abertura de caminhos. Há ainda muito a ser caminhado, pensado e vivido.

Se a Abordagem Centrada na Pessoa deseja continuar existindo comprometida com as realidades brasileiras (propositalmente no plural), precisa se perguntar: de quem estamos falando quando falamos em “pessoa”? De quais corpos, quais histórias, quais silenciamentos, quais forças operam, quais epistemologias desejamos acionar? De qual mundo? E para qual mundo? É nessa encruzilhada que esta dissertação se posiciona: não como resposta definitiva, mas como semente de uma psicologia mais atenta, mais encarnada, mais comprometida.

Aqui, semeia-se a possibilidade de uma costura teórica a fim de reconhecer os limites e traçar novos caminhos para a Abordagem Centrada na Pessoa. Assim como tem sido proposto fora do mundo acadêmico, é necessário que o legado dessas novas costuras seja escrito, compartilhado e disseminado com deveras abertura ao que poderá vir de novo a essa teoria. Aqui, faz-se um chamado para uma compreensão que desestabiliza, que politiza, que humaniza corpos, histórias, pessoas outrora invisibilizadas.

Referências

- Akotirene, C. (2018). *Interseccionalidade*. Cadernos de Gênero e Diversidade, 4(2), 63–73.
- Amatuzzi, M. M. (2010). Versão de sentido. In M. M. Amatuzzi (Org.), Por uma psicologia humana (pp. 75-89). Alínea. (Trabalho original publicado em 1996).
- Araujo, I. C., Vieira, E. M., & Coelho Castelo Branco, P. (2022). Pessoa, en-contro e presença: abordagem centrada na pessoa ante a alteridade. *Revista Nufen: Phenomenology and Interdisciplinarity*, 14(2). <https://doi.org/10.26823/nufen.v14i2.22455>
- Belchior, Antônio Carlos Gomes. *Conheço o meu lugar*. In: Melodrama. São Paulo: Warner Music, 1987. Streaming. Bento, C. (2022). O pacto da branquitude. Companhia das Letras.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das letras.
- Bezerra, Edson do Nascimento (2021). Uma compreensão hermenêutico-filosófica da noção de abordagem centrada na pessoa. Editora Fi.Oliveira, J. C. A. (2020).
- Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos avançados*, 17, 117-133.
- Carneiro, V. (2021). Experiências na formação de psicoterapeutas antirracistas. *Diaphora*, 10(3). <https://doi.org/10.29327/217869.10.3-5>.
- Carneiro, Virgínia T. (2023). Outra política para outra pessoa. In M. Tassinari & A. Nerys (Org.). *Diálogos humanistas: encontro de três gerações* (vol. 2., pp.202-220). Editora Matilha.
- Coelho Castelo Branco, P., & Dias Cirino, S. (2017). Recepção e Circulação da Psicologia Humanista de Carl Rogers no Brasil. *Revista de psicología (Santiago)*, 26(2), 106-117.
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo Editorial.
- Crenshaw, K. (2020). Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor. *Corpos em aliança: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade*. Curitiba: Appris, 23-98., publicado em 1981
- Crenshaw, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo, Rev. Estud. Fem. 10 (1), Jan, 2002.
- Del Bosco, F. (2025). (DES)CONTEMPLAÇÃO: Implicações para as relações humanas sob uma perspectiva centrada nas pessoas. *Phenomenology, Humanities and Sciences*, 6(1), 68–83. <https://doi.org/10.62506/phs.v6i1.211>.
- Fanon, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- Feitosa, E. A. L., Branco, P. C. C., & Vieira, E. M. (2017). *Notas sobre a visita de Carl Rogers ao Brasil: uma revolução silenciosa*. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 17(2), 777-795.
- Figueiredo, L. C. M. (2008). *Matrizes do pensamento psicológico*. (Trabalho original publicado em 1991)

- Fonseca, Afonso. *Grupo: fugacidade, ritmo e forma: processo de Grupo e Facilitação na Psicologia Humanista*. São Paulo, Summus Editorial, 1988.
- Freire, José Célio (1988). Retrospectiva crítica da obra de Carl Rogers: da "Terapia do relacionamento" à intuitividade dos "Momentos de movimento". Fortaleza, *Revista de Psicologia*, v. 6, n.1, p. 53-79, 1988.
- Freire, J. C. (1988). Retrospectiva crítica da obra de Carl Rogers: "Terapia do relacionamento" à intuitividade dos "Momentos de movimento".
- Freire, P. (1979). Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo, Brasil: Cortez & Moraes.
- Gomes, Isadora D. (2019). Reflexão sobre os limites e possibilidades na escuta de mulheres negras. In *Empatia: a capacidade de dar à luz a dignidade humana*. CRV.
- Gomes, Isadora D. (2023). Desencantando a escuta terapêutica In M. Tassinari & A. Nerys (Org.). *Diálogos humanistas: encontro de três gerações* (vol. 2., pp.380-396). Editora Matilha.
- Grogan, J. L. (2008). *A cultural history of the humanistic psychology movement in America*. Tese de doutorado em Psicologia. Graduate School of The University of Texas, Austin, EUA.
- Insfran, Fernanda, F. N.. (2023). Por um humanismo comprometido ética, Política e Socialmente com Xs oprimidos. In M. Tassinari & A. Nerys (Org.). *Diálogos humanistas: encontro de três gerações* (vol. 2., pp.42-55). Editora Matilha.
- Kilomba, G. (2020). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó.
- Maupeou, Y. M. G. (1974). A visão de pessoa na teoria de Carl Rogers. *Arquivos brasileiros de psicologia aplicada*, 26(1), 55-61.
- Meneguetti. (2011). O que é um ensaio teórico? *Rev. adm. contemp.* 15 (2).
- Mills, C. (2015). Global white ignorance. In M. Gross & L. McGahey (Eds.), Routledge international handbook of ignorance studies (pp. 217–227). Routledge.
- Mills, C. (2007). White ignorance. In S. Sullivan & N. Tuana (Eds.), Race and epistemologies of ignorance (pp. 11–38). SUNY Press.
- Moreira, V. (2007). *De Carl Rogers a Merleau Ponty: A pessoa mundana em psicoterapia*. São Paulo: Anna Blume.
- Moreira, V. (2009). A Gestalt-Terapia e a Abordagem em Centrada na Pessoa São Enfoques fenomenológicos. *Revista da Abordagem Gestáltica – XV(1)*: 3-12, jan-jun, 2009
- Mountian, I. (2017). *Reflexões sobre metodologias críticas em pesquisa: interseccionalidade, reflexividade e situacionalidade*. 17(40), 454–469.
- Phenomenological, dialogical and ethical perspectives on contact and perception in personcentered therapy and beyond. Em G. Wyat & P. Sanders (Orgs.). *Rogers' therapeutic conditions: evolution, theory and practice, volume 4: Contact and perception* (pp. 182-203). Ross-on-Wye: PCCS Books.

- Quijano, A. (2005). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En E. Lander (Ed.), *Eurocentrismo y ciencias sociales. Hacia las perspectivas decoloniales* (pp. 53-76). Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).
- Quijano, A. (2005). Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos avançados*, 19, 9-31.
- Rede Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim. (n.d.). Fundo Brasil. Retrieved October 09, 2023, from <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/rede-desenvolvimento-sustentavel-do-grande-bom-jardim-ceara/>
- Rogers, C. R. (1980). *A Way of Being*. Boston: Houghton Mifflin.
- Rogers, Carl. (1986). *Sobre o poder pessoal*. Martins Fontes (Trabalho original publicado em 1977)
- Rogers, C. R. (1957). The necessary and sufficient conditions of therapeutic personality change. *Journal of consulting psychology*, 21(2), 95. Recuperado de https://psycnet.apa.org/journals/ccp/21/2/95/?casa_token=86NB1EFpTocAAAAAA:3gvHgeEO1bP04nycR06YQ6uKIWPxWqDs4djKlhKgXNNQ6PmIL2aur1f2Jmlp7BHrbLn_QfWodo_ZnB6Z6AmmWdb
- Rogers, C. R., & Rachel Lea Rosenberg. (1977). *A pessoa como centro*. Editora Pedagógica E Universitária.
- Rogers, C. R. (1978). *Grupos de encontro*. M. Fontes.
- Rogers, Carl R. (1992). *Terapia centrada no cliente*. Martins Fontes.
- Rogers, Carl R. *Um jeito de ser*. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- Rogers, Carl R. (2009). *Tornar-se pessoa*. Martins Fontes (Trabalho original publicado em 1961)
- Rogers, Carl R. (2014). Uma nota sobre a “natureza do homem.” (2014). Tradução: Prof. Dr. Adriano Furtado Holanda (Universidade Federal do Paraná) & Profa. Ms. Arlene Leite Nunes (Universidade da Região de Joinville - Univille). *Phenomenological Studies - Revista Da Abordagem Gestáltica*, 20(1), 137–140. <https://doi.org/10.18065/rag.2014v20n1.16>
- Rogers, C. (1978). *Sobre o Poder Pessoal*. São Paulo: Editora Ática.
- Rogers, C. (1986). *No Coração da Luta Sul-Africana*. São Paulo: Editora Ática.
- Santos, Thiago Teixeira. *Decolonizar Valores: Ética e Diferença*. Editora Devires. 2021
- Santos, & Pereira, S. (2023). *A terra dá, a terra quer*. Ubu Editora.
- Schmid, P. F. (1998). “*Face to face*” – the art of the encounter. In B. Thorne & E. Lambers. *Person-centered therapy: a European perspective* (pp. 74-90). London: Sage.
- Schmid, P. F. *Face to Face': The Art of Encounter*. In: THORNE, B; LAMBERS, E. *Person Centred Therapy: A European Perspective*, p. 74-90, 1998b.
- Schmidt, M. L. S. (2011). Utopia, teoria e ação: leitura das propostas grupais na abordagem centrada na pessoa. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(3), 628–639

- Schmid, Peter F. *Psychotherapy is political or it is not psychotherapy: The personcentered approach as an essentially political venture*, *Person-Centered & Experiential Psychotherapies*, v.11, n. 2, p. 95-108, 2012.
- Silva, M. M. G., & Carneiro, V. T. (2022). Implicações da vivência da racialidade para a prática clínica de psicoterapeutas. *Psicologia e Saber Social*, 11(2), 407–438. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/psi-sabersocial/article/view/88291>.
- Tassinari, M.; Nerys, A. (2023). Diálogos humanistas: encontro de três gerações: volume II. *Por um humanismo comprometido ética, política e socialmente com os oprimidxs* (pp.42-55).
- Tassinari, M.; Nerys, A. (2023). Diálogos humanistas: encontro de três gerações: volume II. *Outra política para outra pessoa* (pp.202-220).
- Trzan-Ávila, A., & Jacó-Vilela, A. M. (2012). Uma história da abordagem centrada na pessoa no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 12(3), 1063-1069.
- Vieira, E. M., & Freire, J. C. (2006). Alteridade e Psicologia Humanista: uma leitura ética da abordagem centrada na pessoa. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 23(4), 425–432.
- Vieira, E. M. (2017). *Ética e psicologia: uma investigação sobre os ethoi da terapia centrada na pessoa*. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- Vieira, E. M., Pinheiro, F. P. H. A., Moreira, J. De O., & Guerra, A. M. Campos. (2018). Prosperidade, contestação e tecnocracia: o pensamento rogeriano em seu contexto de geração. *Phenomenological Studies. Revista Da Abordagem Gestáltica*, 24(3), 300–311. <https://doi.org/10.18065/rag.2018v24n3.4>
- Wood, J. (1983). *Carl Rogers e a terapia centrada na pessoa: Fundamentos e práticas*. Editora XYZ.
- Wood, J. K. (2008a). Da Abordagem Centrada na Pessoa à Terapia Centrada no Cliente: uma retrospectiva de 60 anos. Em J. K. Wood; L. M. Assumpção; M. A. Tassinari; M. Japur; M. A. Serra; R. Wrona; S. R. Loureiro; V. E. Cury. (Orgs.). *Abordagem Centrada na Pessoa* (pp. 163-261). Vitória: EDUFES. (Originalmente publicado em 1994).
- Wood, J. Sete Verões Entre Pessoas: Diário de Bordo sobre Abordagem Centrada na Pessoa em Grandes Grupos. Edição bilíngue. Tradução de *Summer of Persons: A Logbook on the Person-Centred Approach to Large Group: Via Lettera*, 1. ed.- São Paulo: Via Lettera, 2013. 216 p.